

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL –  
MESTRADO  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Celina Ahlert

**“AQUI TU PODE FICAR”**

**Travestis e relações de poder no espaço urbano de Santa Cruz do Sul - RS**

Santa Cruz do Sul

2019

**UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL –**  
**MESTRADO**  
**ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Celina Ahlert

**“AQUI TU PODE FICAR”**

**Travestis e relações de poder no espaço urbano de Santa Cruz do Sul - RS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul – Unisc, Área de concentração: Desenvolvimento Regional, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Desenvolvimento Regional.

Professoras orientadoras: Dra. Cláudia Tirelli

Dra. Grazielle Brandt

Santa Cruz do Sul

2019

Celina Ahlert

**“AQUI TU PODE FICAR”**

**Travestis e relações de poder no espaço urbano de Santa Cruz do Sul - RS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul – Unisc, Área de concentração: Desenvolvimento Regional, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Desenvolvimento Regional.

---

*Dra. Cláudia Tirelli*

Professora Orientadora – Unisc

---

*Dra. Grazielle Brandt*

Professora Co-orientadora – Unisc

---

*Dra. Ângela Felippie*

Professora examinadora – Unisc

---

*Dr. Marcio José Ornat*

Professor examinador – UEPG

Santa Cruz do Sul

2019

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer em primeiríssimo lugar ao CNPq, órgão sem o qual eu jamais teria sido capaz de cursar um mestrado e concluir essa pesquisa. O incentivo governamental é essencial e jamais me passou despercebido. Espero que futuras gerações de acadêmicos possam continuar contando com esse apoio e, assim, continuem gerando conhecimentos. Que esses conhecimentos sejam a base para um país mais justo e igualitário, no qual não seja necessário negar as diferenças, mas aceitá-las e, a partir delas, tornarmo-nos pessoas melhores.

Em segundo lugar, e não menos importante, agradeço às minhas orientadoras e ao professor doutor Ornat. A presença constante e paciente das duas primeiras fez com que a construção teórica desse trabalho fosse possível, além da manutenção da sanidade mental. O último, além de ótimas sugestões de leitura, merece crédito por ter dedicado seu tempo a mim, mesmo não tendo nenhum vínculo direto com a minha pesquisa. Ornat, muito obrigada! Sei que não é fácil ser professor e pesquisador e ainda tirar tempo para auxiliar pessoas “aleatórias”.

Meu pai e minha mãe merecem todos os agradecimentos do mundo porque tiveram toda a calma e a tranquilidade para lidarem com meus momentos mais difíceis. Mais do que isso, me deram teto e comida, me apoiaram sempre e garantiram minha sobrevivência mesmo nos momentos mais difíceis. As minhas irmãs, então, foram a base na qual me equilibrei mais de uma vez. Não teve área da vida em que não precisei delas e elas sempre me ajudaram em todas: intelectualmente, emocionalmente, financeiramente. Eu não seria nada sem vocês, hermanas!

Meus e minhas colegas de mestrado foram companhia em muitos momentos e isso não tem como não mencionar. Agradeço à Cleo por ser minha parceria de apresentação de trabalhos, além de grande amiga; ao Diego/Diogo por sempre manter o bom humor; à Martina pela trajetória e pelos dramas que compartilhamos; à Cíntia pelos ensinamentos, pelo carinho e pela amizade; à Júlia pelos surtos e risadas; à Patrícia pela sabedoria e empatia; à Fernanda pela trajetória, sobriedade e sapiência; ao Ricardo pela paciência e incentivo; a todos, na verdade... sem qualquer um de vocês eu estaria perdida. E não vamos nem mencionar os colegas do doutorado... Miza, Osvaldo, Bê, Manu... Não há espaço em uma dissertação para agradecer a todos vocês (depois que eu defender essa, escrevo uma só de agradecimentos).

Se é difícil agradecer plenamente a todos os e as colegas, mais difícil ainda é agradecer aos amigos que fizeram parte dessa trajetória. Entre as coisas maravilhosas que o mestrado me trouxe, vieram várias pessoinhas. Seis merecem menção especial: Rafa, Carol, Tuize, Marcelly, o Patrick e o Juliano. Quem me apresentou o Rafa foi o Adrien, que merece um parágrafo à parte. O Rafa não só me fez parceria no campo, mas discutiu questões teóricas, militou e bebeu

comigo sempre que necessário. Abriu mão de suas próprias necessidades para cuidar das minhas, compreendeu quando eu não pude fazer o mesmo e foi a força na madrugada. Ampliou meu universo intelectual e emocional... Te amo!

A Carol foi a minha pedra fundamental foucaultiana. Como a gente falou mais de uma vez, Foucault não é um autor que se entende sozinho. É preciso uma vila para ler Foucault. Sem poder discutir as ideias com ela e sem as suas dicas de leitura eu não teria realizado a parte teórica dessa pesquisa, tampouco a análise. Vale mencionar que a sanidade mental também não seria a mesma. A Tuize, por sua vez, passou por esse momento antes de mim e gosto de achar que somos força uma pra outra. Somos duas pesquisadoras trabalhando com a questão de gênero e a cidade, colaboramos muito. Como humanas, colaboramos ainda mais porque nos amamos muito e somos parcerias até o fim!

A Marcelly me deu a energia que eu precisava em mais de uma ocasião, além de muita sabedoria e foco. O Patrick, além da parceria, do convívio e do ensinamento, fez o impensável: morou na minha casa por quase um mês para cuidar dos meus gatos. Não fosse por ele, eu não teria experimentado com tranquilidade uma viagem pra Europa; para não mencionar os outros pequenos cuidados que ele sempre me dedicou. O Juliano reativou em mim a vontade de lutar por algo novo, por algo bom... Me mostrou que somos resistência até o fim e que podemos ser, temos força pra isso... Não cabem em mim os agradecimentos que tenho!

O Adrien foi absolutamente essencial, assim como o Maicon. O primeiro me deu questionamentos intelectuais que deram constantes nós na minha lógica, me obrigando a expandir meu pensamento. Além disso, foi meu parceiro de campo e de vida em todos os momentos; nunca me abandonou e sempre me deu o tempo que eu precisava. Já o Maicon foi o meu melhor amigo e a minha melhor distração. Trocamos receitas e dicas de cuidados com gatos, rimos de graça, falamos sério, protestamos... Amigo para absolutamente todas as horas!

Por último e mais importante, agradeço às minhas interlocutoras de pesquisa que, de uma forma ou de outra, contribuíram muito pra que tudo o que eu achei que sabia se construísse e desconstruísse. Todo dia com vocês foi um desafio, porque veio quebrar o que eu tomei por verdade e me mostrar uma realidade que eu não saberia categorizar. O que consideramos ilegível é vasto, é belo, é complexo, é incategorizável porque é. Simplesmente é.

*Agora vamos contar/A história de uma viagem/Feita por dois explorados e por um explorador./Vejam bem procedimento desta gente:/Estranhável, conquanto não pareça estranho;/Difícil de explicar, embora tão comum;/Difícil de entender, embora seja a regra./Até o mínimo gesto, simples na aparência/Olhem desconfiados e perguntem/Se é necessário, a começar do mais comum./E, por favor, não achem natural/O que acontece e torna a acontecer:/Não se deve dizer que nada é natural/Numa época de confusão e sangue/desordem ordenada, arbítrio de propósito/humanidade desumanizada/para que imutável não se considere/nada! [...]*

*Cá está o rio./Atravessá-lo a nado é perigoso./Na beira d'água estão em pé dois homens:/um faz a travessia a nado, o outro hesita. Será corajoso um deles?/Será covarde o outro? Na outra margem/do rio, um tem um negócio a fazer./Do perigo sai um/ respirando aliviado na margem alcançada:/vai pisar no que é seu,/vai ter comida fresca./Já o outro sai do perigo/a arquejar para o nada:/esperam por ele, o debilitado,/perigos novos. Serão ambos valentes?/Serão ambos prudentes?/Ah, do rio que os dois venceram juntos,/os que saem não são dois vencedores!/Nós é uma coisa,/outra é você-e-eu:/nós tivemos a vitória,/mas a mim você venceu.[...]*

*Quem morre é o homem doente,/O homem forte vai em frente/E assim está bem./Ao forte todos ajudam, e o fraco não tem ninguém,/E assim está bem./Deixa cair o que cai, e dá-lhe um pontapé mais,/e assim está bem./Quem se senta à mesa é quem a maior vitória tem,/E assim está bem,/Os que na batalha tombam o cozinheiro não conta,/E assim está bem./Deus, que fez todas as coisas, fez o patrão e o empregado./E assim está bem/Quem vive mal é o malvado/E assim está muito bem. [...]*

*Seguindo os rastros dos salteadores,/Surgem os tribunais:/Depois que o inocente é trucidado,/Reúnem-se em volta dele os juízes e ele é condenado./Em torno à cova do trucidado,/Também o seu direito é mutilado. Dos tribunais as sentenças se precipitam/Quais sombras de falcões de magarefes./Um falcão desses tem força à beça, e dispensa/O contrapeso de qualquer sentença./Olhem: é vôo de abutres! Aonde vão?/Do deserto, onde não há nada mais,/Fogem, para comer os tribunais./Os assassinos lá estão. Os perseguidores/Em segurança lá estão. E os que roubam/Vão lá esconder seus roubos, enrolados/Num papel onde há uma lei lavrada. [...]*

*Assim termina/A história de uma viagem,/Que vocês viram e ouviram:/E viram o que é comum,/O que está sempre ocorrendo./Mas a vocês nós pedimos/No que não é de estranhar,/Descubram o que há de estranho!/No que parece normal/Vejam o que há de anormal!/No que parece explicado,/Vejam quanto não se explica!/E o que parece comum,/Vejam como é de espantar!/Na regra vejam o abuso!/E, onde o abuso apontar,/Procurem remediar!*

*(BRECHT, Bertold. A exceção e a regra)*

## RESUMO

Essa dissertação teve como intuito perceber e analisar as relações de poder que determinam de que forma a cidade de Santa Cruz do Sul é vivida pelas travestis que ali firmam residência – ainda que temporária. Para isso, em um primeiro momento apresento uma discussão sobre a cidade e o urbano, enfatizando a importância de pensar a realidade nas cidades médias. A seguir, apresento a cidade de Santa Cruz do Sul, buscando compreender as particularidades e generalidades que aqui se mostram. A seguir, trago a discussão sobre as relações de poder e saber que, segundo a perspectiva foucaultiana, legitimam ou não determinadas vozes no espaço público. Na sequência, essa discussão é trazida para o território de prostituição travesti. O último capítulo é dedicado a pensar de que forma alguns espaços e tempos não são vividos por essas interlocutoras de pesquisa, ou seja, lhes são interditos. Esse percurso é apresentado intercalando as reflexões bibliográficas e as observações feitas a partir de 13 saídas de campo. A partir disso, busco discutir de que forma a performatividade de gênero dessas influencia a forma como a cidade e a vida urbana podem ser vivenciadas. Concluo pela necessidade democrática de pensar uma cidade mais inclusiva, na qual a forma como os gêneros se constroem não seja mais um fator de exclusão, marginalização e preconceito.

**Palavras-chave:** relações de poder; prostituição travesti; espaços interditos; performatividade e precariedade; espaço urbano.

## ABSTRACT

This dissertation aimed to understand and analyze the relations of power that determine how the city of Santa Cruz do Sul is lived by transgender people who live there – even if temporary. For this, I first present a discussion about the city and the urban life, emphasizing the importance of thinking about reality in medium-sized cities. Next, I present the city of Santa Cruz do Sul, seeking to understand the particularities and generalities that exists here. Next, I bring the discussion about the relations of power and knowledge that, according to Foucault's perspective, legitimize or not certain voices in the public space. Following this discussion, I brought to the territory of transgender prostitution. The last chapter is dedicated to thinking about how some spaces and times are not lived by these interlocutors of research, that is, they are not allow to live them. This analysis was made by merging the theories with the observations collected in 13 ethnographic field trips. From this, I discuss how the gender performativity of transgender people influences the way the city and the urban life can be experienced. I conclude by the democratic necessity to think about a more inclusive city, in which the way in which the gender are constructed is no longer a factor of exclusion, marginalization and prejudice.

**Keywords:** power relations; transgender prostitution; interdicts spaces; gender performativity; precarity.



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>09</b>
<b>2</b>	<b>DISCURSOS SOBRE A CIDADE</b>	<b>15</b>
<b>2.1</b>	<b>A cidade e o urbano</b>	<b>15</b>
<b>2.2</b>	<b>Santa Cruz do Sul</b>	<b>25</b>
<b>3</b>	<b>RELAÇÕES DE PODER NO TERRITÓRIO</b>	<b>33</b>
<b>3.1</b>	<b>Entre poderes e saberes: a busca pela introdução a campo</b>	<b>33</b>
<b>3.2</b>	<b>O poder perpassa o espaço</b>	<b>41</b>
<b>4</b>	<b>ESPAÇOS INTERDITOS, PERFORMATIVIDADE E PRECARIIDADE</b>	<b>48</b>
<b>4.1</b>	<b>Espaços interditos e territórios de prostituição travesti</b>	<b>48</b>
<b>4.2</b>	<b>Performatividade e precariedade</b>	<b>53</b>
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>60</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>65</b>
	<b>APÊNDICE A – Resumo das saídas de campo</b>	<b>70</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Nesse trabalho, busquei<sup>1</sup> trazer um olhar sobre as trajetórias não caminhadas, os territórios construídos e as vivências das travestis na cidade de Santa Cruz do Sul. O trabalho com esse grupo foi inspirado no interesse em construir uma sociedade mais democrática. Isso porque, como procuro demonstrar, a cidade é vivenciada de formas diferentes por diferentes grupos sociais. Além das características de classe, gênero, *status*, também a performatividade de gênero vai influenciar nas experiências que as pessoas têm no espaço urbano.

Para as travestis, a cidade é vivida especialmente à noite e, mesmo nesse horário, não em sua plenitude. Isso porque elas fogem do que se constitui como um discurso hegemônico de linearidade entre sexo, gênero, sexualidade e desejo, construindo regras próprias para definir o masculino e o feminino, o homem e a mulher (BUTLER, 2003). Ao fazer isso, as travestis sofrem com a exclusão dos espaços públicos, a marginalização de suas experiências e diversas formas de violência. Entretanto, também subvertem esses discursos, criam novas formas de interpretá-lo e desenvolvem estratégias de sobrevivência e mesmo de empoderamento no espaço urbano.

O discurso sobre a sexualidade, como já demonstrou Foucault (2009), cria um poder regulatório sobre esses corpos que ‘não se encaixam’; cria também as resistências, as dissidências, as subversões. O discurso científico – especialmente o médico, mas não exclusivamente – não escapa à essa estratégia: busca compreender para regular, para normalizar (FOUCAULT, 2007). De forma diferenciada, destaca-se a Antropologia, com os estudos de Silva (2007), Pelúcio (2009), Benedetti (2005), entre outros que buscaram demonstrar as vivências das travestis ao relatar o que observaram nesse universo. No campo da Geografia, destacam-se no Brasil os trabalhos de Ornat (2008; 2009) e Silva (2008). Esses buscam compreender de que forma os espaços são ou não vivenciados pelo grupo em questão.

De certa forma, esse é também o meu objetivo: demonstrar de que forma Santa Cruz do Sul influencia e é influenciada pela presença das travestis na cidade. Os dados foram coletados em 13 saídas de campo realizadas entre 08 de janeiro de 2018 e 23 de fevereiro de 2019, cujos resumos pode-se encontrar no Apêndice A desse trabalho. Parece-me importante ainda caracterizar minhas interlocutoras: divididas em grupos de duas ou três, ocupam as esquinas

---

<sup>1</sup> Escrevo na primeira pessoa, ainda que esse trabalho tenha sido influenciado por muitas pessoas, a começar por minhas orientadoras que facilitaram o desenvolvimento de um olhar crítico, para não mencionar os muitos autores consultados. Entretanto, creio que refletem a minha experiência e não se pretendem, de forma alguma, serem universalizantes. Para maiores informações, consultar os trabalhos de Donna Haraway (1995).

das ruas Ernesto Alves com a 28 de Setembro, no centro de Santa Cruz do Sul. Totalizam cerca de 10 profissionais, todas jovens (entre 18 e 25 anos, aproximadamente). Raramente encontram-se mais do que seis nessa localidade ao mesmo tempo, havendo um revezamento entre elas conforme o dia da semana e os clientes “fixos” que recebem.

Todas as informações coletadas advieram de informações obtidas nas doze saídas a campo que realizei, geralmente acompanhada de um amigo *gay*. Esse amigo, assim que terminada a observação, auxiliou-me na escrita dos diários de campo – servindo de uma memória e um par de olhos extra com os quais pude contar. Também foram obtidas informações pelo uso de meios de comunicação social digital, como o *Facebook*, o *Instagram* e o *Whatsapp*, diretamente com as travestis. Essas informações foram posteriormente analisadas com base na análise de discurso (FOUCAULT, 1986).

Todo o trabalho foi orientado pela perspectiva pós-estruturalista, apesar de ser possível nele encontrar importantes referências marxistas, sobretudo na parte inicial do trabalho. Entretanto, optou-se por trabalhar com a ideia de um poder fluido, advindo de muitas fontes, reforçado por relações diversas (FOUCAULT, 2009). Portanto, a concepção é a de

[...] uma problemática relacional, é porque pensamos que as relações são capazes de tornar inteligíveis o poder político e suas manifestações espaciais [...] Em todo caso, descrição e explicação dependem estritamente do quadro conceitual por inteiro, determinado pelo projeto ou pelo processo de inteligibilidade. (RAFFESTIN, 1993, p. 31).

As similaridades entre o estruturalismo e o pós-estruturalismo estão sobretudo nas críticas desses movimentos a algumas questões fundamentais para o pensamento filosófico ocidental. A primeira pode ser encontrada na crítica do *sujeito humano*. Esse sujeito difere do *indivíduo* do pensamento positivista, visto como um ser autônomo e coerente, ou seja, que age conscientemente. Para o pós-estruturalismo o sujeito aparece como em constante construção; como um produto de atividades culturais específicas e predominantemente inconscientes. Ou seja: a estrutura e o sujeito são categorias interdependentes.

Ainda nas similaridades, tanto o estruturalismo quanto o pós fazem uma crítica ao historicismo, no sentido de questionar os padrões evolutivos dessa abordagem. Há, ainda uma crítica à ideia de significado, baseada sobretudo em estudos linguísticos. Enquanto os estruturalistas buscam encontrar as formas – ou estruturas gerais – que perpassam as diversas línguas, para o pós-estruturalistas “não existe comparação direta entre as proposições e a realidade” (SARUP, 1993, p. 03 – Tradução minha)<sup>2</sup>, ou seja, o texto não é formado por

---

<sup>2</sup> No original: “there is no one-to-one correspondence between propositions and reality” (SARUP, 2003, p. 03).

referentes que podem ser encontrados para além da linguagem. De forma geral, percorre ainda ambos os movimentos uma crítica geral à filosofia.

Aqui é possível começar a perceber as diferenças. Enquanto o primeiro vê a possibilidade de encontrar a verdade dentro do texto, o segundo vai dizer que a verdade só parece na interação do texto com o leitor; é no momento da leitura que o significado é produzido, ou seja, a leitura é uma performance. Os símbolos não possuem, assim, uma estabilidade, uma unidade. O mesmo é válido para os sujeitos – agora seres multifacetários e potencialmente inconscientes.

A perspectiva adotada vem principalmente de sua origem foucaultiana. Interessam ainda os trabalhos de Judith Butler (2003; 2009b; 2015), posto que essa discute como certas vidas são mais ou menos vividas conforme a forma como o gênero se expressa nesses corpos. Desconstruída a ideia de verdade por detrás de um texto, o que resta são metáforas – o estabelecimento de uma identidade entre termos que não são correspondentes. Mais do que isso, são essas que vão determinar a forma como as pessoas compreendem o mundo. Assim, um estudo das metáforas

[...] está se tornando importante porque se tem realizado que a linguagem não simplesmente reflete a realidade, mas ajuda a construí-la. Tem-se dado cada vez mais atenção para a forma com que os dispositivos retóricos moldam a nossa experiência e o nosso julgamento, como a linguagem serve para promover as possibilidades de certos tipos de ação e exclui a prática de outras (SARUP, 1993, p. 47 – Tradução minha)<sup>3</sup>.

Para Foucault (2009), por sua vez, é preciso compreender como os poderes propiciam a produção de distintos saberes, ao mesmo tempo em que esses forjam novas possibilidades de exercício do poder. É por isso que o autor não concebe os poderes como exercícios de restrição, pois produzem novas possibilidades de ação (novos discursos, regulamentos, prescrições). Podem ser compreendidos por uma análise genealógica, considerando que

Genealogias focam em conhecimentos locais, descontínuos, desqualificados, ilegítimos contra um corpo teórico único que irá filtrá-los, hierarquizá-los e ordená-los em nome de algum *verdadeiro* conhecimento [...] não podem haver constantes, essências ou formas imóveis de ininterruptas continuidades estruturando o passado” (SARUP, 1993, p. 59 – Tradução minha)<sup>4</sup>.

---

<sup>3</sup> No original: “[...] is becoming important as it is being realized that language not simply reflect reality but helps to constitute it. Attention is now being increasingly given to how rhetorical devices shape our experience and judgements [sic], how language serves to promote the possibilities of certain kinds of action and exclude the practicability of others” (SARUP, 1993, p. 47).

<sup>4</sup>No original: “Genealogies focus on local, discontinuous, disqualified, illegitimate knowledges against the claims of a unitary body of theory which would filter, hierarchize and order then in the name of some true knowledge

A partir da perspectiva genealógica a ideia de um poder com conotação negativa é alterada: “O poder moderno opera pela construção de ‘novas’ capacidades e modos de agir mais do que pela limitação de formas pré-existentes” (SARUP, 1993, p. 73 – Tradução minha)<sup>5</sup>. Busco, nesse trabalho, demonstrar a forma como esses poderes múltiplos, perpassados por conformações, negociações e resistências perpassa o cotidiano das travestis e influencia na forma como elas ocupam ou não determinados espaços urbanos.

No início dos trabalhos em campo – e mesmo ao seu término – muitas foram as perguntas que busquei responder. Entre elas, cabe mencionar: 1) Como se dá a distribuição das atrizes e atores nesse espaço socialmente delimitado? 2) Ou seja, qual o lugar que elas ocupam dentro do ambiente urbano da cidade de Santa Cruz do Sul e nos territórios de prostituição? 3) Quais são as relações ali estabelecidas que influenciam nessa distribuição? 4) Como essas relações são marcadas pelo poder? 5) Que discursos sobre essas relações perpassam o cotidiano das travestis? 6) Como esses discursos influenciam na forma como elas vivenciam a cidade? Dessa forma, a questão central que busco responder com essa pesquisa pode ser assim colocada: Como se dão as relações de poder que se estabelecem e ajudam a construir o território de prostituição travesti do centro de Santa Cruz do Sul?

Entretanto, no decorrer dos trabalhos em campo, foram surgindo outras questões que envolvem não só o complexo e paradoxal espaço de prostituição (ORNAT, 2009), mas também as demais relações dessas atrizes sociais com a cidade (SILVA, 2008). Em especial, apareceu a importância dos percursos não realizados, os espaços não vividos. No decorrer das investigações foi se tornando cada vez mais interessante pensar não só no território, mas nas trajetórias não percorridas, nos espaços interditos, na forma como falam os passos calados, silenciados, invisibilizados (SILVA, 2008; BUTLER, 2015; CERTEAU, 2005). Para responder ao objetivo principal, que buscou analisar as relações de poder no território de prostituição travesti do centro de Santa Cruz do Sul foi preciso pensar também demais espaços e tempos que influenciam nesse processo.

Buscando resolver essas questões, apresento a dissertação que se inicia com uma análise de estudos sobre a cidade e o espaço urbano. Ali trago referenciais teóricos baseados sobretudo na perspectiva crítica marxista (MARICATO, 2000; VAINER, 2000; LEFEBVRE, 1999; 2001; entre outros), mas não exclusivamente atrelados à essa (GOTTDIENER, 1997; CERTEAU,

---

[...] *there can be no constants, no essences, no immobile forms of uninterrupted continuities structuring the past*” (SARUP, 1993, p. 59).

<sup>5</sup> No original: “*Modern power operates through the construction of ‘new’ capacities and modes of activity rather than through limitation of pre-existing ones*” (SARUP, 1993, p. 73).

2005). Contextualizar a cidade a partir desse olhar permitiu conhecer e também relativizar a ideia de que o espaço é constituído a partir da ação de somente dois atores: o Estado e o Capital. Ainda caracterizo Santa Cruz do Sul para identificar ali o espaço ocupado pelas travestis – um espaço central e, simultaneamente, marginal, que tem passado por diversas pequenas ações de ‘revitalização’ que comprometem a presença delas nesse espaço.

No segundo capítulo discuto o poder, segundo a perspectiva de Foucault (2006; 2009). Para esse autor, ele é fluido e se baseia em múltiplas fontes discursivas que se autoafirmam. Esse poder é baseado e baseia um saber que cria estratégias e dispositivos, caracterizando o discurso hegemônico. Não emana, portanto, de um ator ou grupo de atores sociais, mas perpassa toda a malha social, reproduzindo-se e sendo subvertido constantemente. Justamente por estar em todas as relações, tem como parte inerente a resistência, construída em atos conscientes ou inconscientes dos muitos atores que ali convivem.

A seguir, trago a discussão sobre os territórios, com base sobretudo em Raffestin (1993) e sobre os de prostituição travesti (ORNAT, 2009; 2012). Assim, o território é apresentado como formado a partir das relações sociais que são, inevitavelmente, relações de poder. Quando se trata da prostituição travesti, é marcado por contradições, por poderes fluidos, por subversões e reafirmações de uma heteronormatividade hegemônica (BENEDETTI, 2005). Portanto, trata-se de um espaço complexo que é influenciado pelas ações do Estado e do Capital, mas também por múltiplas outras relações que ali se dão.

O terceiro capítulo traz à tona a interligação entre os espaços e temporalidades em que as travestis podem ou não ser vistas. Isso vem falar das trajetórias não feitas na cidade (CERTEAU, 2005), as temporalidades não vividas. Para isso, me apoio sobretudo nos trabalhos de Joseli Silva (2008) e Marcio Ornat (2012). Busco assim trazer fatores que influenciam na formação dos territórios, sendo esse um espaço de violência, mas também de empoderamento e aceitação (CABRAL; ORNAT; SILVA, 2013; BENEDETTI, 2005).

A segunda parte desse capítulo traz a proposta teórica de pensar o conceito de performatividade (BUTLER, 2003), associado ao de precariedade (BUTLER 2009a; 2009b; 2015). Para compreender como se criam territórios e se interditam espaços, esses conceitos me pareceram fundamentais quando pensados juntos, pois é a partir deles que se compreenderá como as formas de expressão de minhas interlocutoras de pesquisa influenciam nas relações de poder do território. Assim, é importante considerar o território não só como um receptáculo de ações, mas como um espaço socialmente delimitado e construído, interpassado por relações de poder multidimensionais, mesmo paradoxais (ORNAT, 2008).

Mas quem ousa forjar uma feminilidade que escapa à linearidade suposta entre gênero, sexo, desejo e sexualidade não o faz sem que haja reações do discurso heteronormativo que pressupõe essa linearidade (BUTLER, 2009a). Essas construções identitárias, sociais e políticas são vistas como um desafio a um discurso construído e reproduzido nas mais ínfimas esferas das relações sociais. Como me trouxe a experiência e, também a leitura de trabalhos como o de Benedetti (2005) e Pelúcio (2009), também a forma como as travestis se constroem é baseada em binarismos, apesar de elas representarem justamente essas contradições.

“Eu não sou mulher”, declarou uma travesti em uma pesquisa realizada por uma colega minha de Joinville<sup>6</sup>. Já eu ouvi “Sou mais mulher do que tu”... Ambas as colocações falam das fronteiras fluidas entre gênero e sexo. Mas, quaisquer que sejam as identificações feitas, elas se mostram como um desencaixe para a forma como o poder hegemonicamente se apresenta na questão sexo/gênero/sexualidade/desejo. Essa afronta não é sem consequências.

Quebrar com os padrões heteronormativos traz consequências muito concretas na forma como as travestis vivem e podem viver a cidade. Por isso proponho, ao final, discutir o conceito de precariedade (BUTLER, 2009a; 2009b; 2015). Ainda que a autora defenda a ideia de que precisamos todos e todas nos perceber enquanto seres precários – no sentido de que todos e todas dependemos de outros e outras e somos vulneráveis (BUTLER, 2015), as formas de distribuição dessa precariedade são profundamente desiguais. Algumas vidas nunca serão sentidas, nunca serão enlutadas quando perdidas, porque são “não vidas” desde o princípio.

O trabalho termina com a apresentação das considerações finais, nas quais trago algumas dificuldades e algumas possibilidades abertas por essa pesquisa. São tecidas então algumas conclusões baseadas especialmente na vivência que tive junto ao grupo estudado, com base no referencial teórico apresentado. Assim, a cidade se apresenta como um espaço paradoxal, perpassado por discursos hegemônicos, subversões e resistências, na qual o gênero é um fator central para pensar as relações das travestis com outros atores sociais.

---

<sup>6</sup>Narrativa oral da pesquisadora Patrícia Gaglioti depois da sua exposição no Intercom – XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul – Joinville - SC – 04 a 06/06/2015 de 2015. O acesso ao artigo está disponível nas referências (GAGLIOTI; MÁXIMO, 2015).

## 2 DISCURSOS SOBRE A CIDADE

Esse capítulo visa apresentar, inicialmente a cidade com base em perspectivas teóricas e em experiências práticas ali vivenciadas. Isso se mostrou importante para compreender o contexto que circunda o território de prostituição travesti, localizado no centro da cidade, discutindo também algumas possibilidades no estudo do fenômeno de urbanização, especialmente nas cidades médias. A maior parte das discussões brasileiras tem adotado uma perspectiva marxista e focado em cidades metropolitanas (SANTOS, 2009; MARICATO, 2000; VAINER, 2000). Para complementar essas leituras e buscar trabalhar questões que constituem a formação das cidades e do urbano – como o caso da discussão sobre poder e gênero – acionam-se autores como Certeau (2005) e Gottdiener (1997).

No subtítulo seguinte busco trabalhar o Direito à Cidade com a intenção de pensar de que forma esse é respeitado ou não dentro dos limites municipais e, especialmente, urbanos. Para realizar essa discussão faço uso, principalmente, dos estudos de Lefebvre (1999; 2001). Para isso, trago também algumas informações gerais sobre Santa Cruz do Sul, com base em estudos realizados por Silveira (1997), Bassan (2003), Skolaude (2008) e Kummer e Silveira (2017). Com essa apresentação busco compreender porque essa localidade mostra-se interessante para a prostituição travesti e que desafios apresenta para que essas pessoas possam usufruir plenamente da cidade.

### 2.1 A cidade e o urbano

Várias são as discordâncias existentes sobre o conceito de cidade, por isso considero importante discutir brevemente esse conceito. Em termos gerais, apresenta-se a definição de uma aglomeração de pessoas que em determinado espaço fixam residência, constituindo ali um sistema de trocas (mercado) e uma forma de organização política (LEFEBVRE, 1999). A cidade cujo foco era essencialmente mercantil seria, aos poucos, substituída pela cidade industrial, em um movimento que gerou as grandes aglomerações urbanas (LEFEBVRE, 1999). Ou seja, a partir da Revolução Industrial (cerca de 1760), as urbes crescem, passam a atrair um número muito grande de trabalhadores rurais, que buscam emprego nas recentes fábricas (ARENDDT, 2017). É a partir de então que passam a ser discutidos o que se poderia chamar de ‘problemas urbanos’.

Para Lefebvre (1999), a cidade industrial também foi, aos poucos, sendo substituída. Tomou o seu lugar a cidade urbana, cujo principal foco não está mais voltado à produção



manufatureira, mas em um modo de vida urbano. Essa mudança é marcada por um período de crise, ou melhor, de crises. Enquanto o modelo industrial veio superar o agrário enquanto força motora da organização social, o urbano vem então se contrapor a esse. Nesse momento, “A industrialização, potência dominante e coativa, converte-se em realidade dominada no curso de uma crise profunda, às custas de uma enorme confusão, na qual o passado e o possível, o melhor e o pior se misturam” (LEFEBVRE, 1999, p. 27).

Souza (2005) e Santos (2009) destacam que cidade é, sob o ângulo do uso do solo ou das atividades econômicas que a definem, um espaço de produção não agrícola. Trata-se da forma material que toma o modo de vida urbano. Mas é também o lugar em que se concentram as atividades administrativas, o centro de gestão de um dado recorte espacial, posto que ali são sediadas as organizações.

A cidade é um centro de gestão do território não apenas enquanto sede de empresas (privadas e estatais), mas também enquanto sede do poder religioso e político. Além do mais, a cidade não é apenas um local em que se produzem bens e onde esses bens são comercializados e consumidos, e onde pessoas trabalham; uma cidade é um local onde pessoas se organizam e interagem com base em interesses e valores os mais diversos, formando grupos de afinidade e de interesse, menos ou mais bem definidos territorialmente com base na identificação entre certos recursos cobiçados e o espaço, ou na base de identidades territoriais que os indivíduos buscam manter e preservar. (SOUZA, 2005, p. 01).

A cidade urbana é, portanto, uma aglomeração de pessoas, mas essa não existe sem o desenvolvimento do fenômeno urbano. Santos (2009) vem apontar que compreender a cidade é compreender o movimento de um todo articulado que envolve pessoas, organizações, meio ecológico e infraestruturas. Só assim é possível ter a noção do cenário e do contexto que engloba essa forma de organização social. Nas palavras de Pires (2006, p. 49), “A cidade tornou-se um polo que conduz ao seu redor outras atividades de sua densidade humana, das infraestruturas [de] que se beneficia e do poder de compra que representa”. Para Certeau (2005, p. 172-173)

A “cidade” instaurada pelo discurso utópico e urbanístico é definida pela possibilidade de uma tríplice operação:

1. A produção de um espaço *próprio*: a organização racional deve portanto recalcar todas as poluições físicas, mentais ou políticas que a comprometeriam;
2. Estabelecer um *não tempo* ou um sistema sincrônico, para substituir [...] as táticas dos usuários que astuciosamente jogam com as ocasiões e que, por esses acontecimentos-armadilhas, lapsos da visibilidade, reintroduzem por toda a parte as opacidades da história;
3. Enfim, a criação de um *sujeito universal* e anônimo que é a própria cidade. [...] De um lado, existe uma diferenciação e uma redistribuição das partes em função da cidade, graças a inversões, deslocamentos, acúmulos, etc.; de outro lado, rejeita-se tudo aquilo que não é tratável e constitui portanto os “detritos”

de uma administração funcionalista (anormalidade, desvio, doença, morte, etc.).

A cidade sempre fugiu ao seu planejamento (MARICATO, 2000) e, atualmente, estaria, segundo Botelho (2007), especialmente à mercê das vontades do capital financeiro. Como afirma Maricato (2000), o crescimento das desigualdades no acesso à terra não são simples ‘acidentes de percurso’ causados pela industrialização e pela modernização tardias. “A ilegalidade [nas formas de habitação] é portanto funcional – para as relações políticas arcaicas, para um mercado imobiliário restrito e especulativo, para a aplicação arbitrária da lei, de acordo com a relação de favor” (MARICATO, 2000, p. 123).

Entretanto, “ela é muito disfuncional: para a sustentabilidade ambiental, para as relações democráticas e mais igualitárias, para a qualidade de vida urbana, para a ampliação da cidadania” (MARICATO, 2000, p. 123). Ou seja, é importante atentar para os interesses que se concentram na manutenção e na acentuação das desigualdades urbanas. As construções ilegais, características das cidades industriais e pós-industriais, cumprem a função de fornecerem mão de obra com preços reduzidos para o mercado capitalista, posto que os baixos salários não cumprem nem mesmo as quantias necessárias para a garantia à moradia legalizada.

Decorrente das relações capitalistas na produção do espaço urbano, surge, segundo Vainer (2000), um novo tipo de cidade. Essa deve competir com as demais para tornar-se mais atraente para os grandes investimentos capitalistas, mão de obra capacitada e usuários solventes<sup>7</sup>. Para isso, a cidade deve transformar-se em uma tríade analógica: “a cidade é uma *mercadoria*, a cidade é uma *empresa*, a cidade é uma *pátria*” (VAINER, 2000, p. 77).

Sobre a primeira, Vainer (2000) afirma que há a transformação da cidade em um produto que possa ser “vendido” para investidores e turistas como um objeto de luxo. A cidade não é posta à venda para seus moradores, mas para o capital transnacional. Esses compradores são, portanto, os usuários solventes às cidades, ou seja, “deixam claro que essa abertura para o exterior é claramente seletiva: não queremos visitantes e usuários em geral, e muito menos imigrantes pobres, expulsos dos campos ou de outros países igualmente pobres; queremos

---

<sup>7</sup> O autor, nessa obra, não clarifica o uso do termo, mas interpreta-se aqui que ele trata de usuários que possam pagar pelo uso que façam da cidade.

*visitantes e usuários solventes*<sup>8</sup>” (VAINER, 2000, p. 80). Para que a cidade seja atrativa para esses usuários, ela deve ser segura<sup>9</sup>. Nesse contexto,

Os pobres são o *entorno* ou *ambiente* pela simples razão de que não se constituem, nem os autóctones, nem os virtuais imigrantes, em demanda solvável. Em todos os níveis, tanto do ponto de vista concreto (infraestruturas, subsídios, favores fiscais, apoios institucionais e financeiros de todos os tipos) quanto do ponto de vista da imagem, não resta dúvida: a mercadoria-cidade tem um público consumidor muito específico e qualificado. (VAINER, 2000, p. 82).

A cidade-empresa, por sua vez, é a que “saiu da forma passiva de objeto e assumiu a forma ativa de sujeito, ganha uma nova identidade: é uma empresa” (VAINER, 2000, p. 83). Assim, segue a lógica da produtividade, da competitividade, da subordinação ao mercado. Entretanto, para funcionar, precisa da intervenção do Estado que deve, nesse sistema, estar nas mãos dos empresários, afinal “se de empresa se trata, convoquem-se os empresários; se o assunto é *business*, melhor deixá-lo nas mãos dos *businessmen*” (VAINER, 2000, p. 87).

Assim, há uma redução da separação entre o público e o privado, sendo o privado aqui representado pelo mercado. “A analogia cidade-empresa desliza, suave e sutilmente, para a analogia cidade-empresários” (VAINER, 2000, p. 89). Portanto, a urbe tem que ser funcional, prática, mas não pensada dessa maneira para os seus moradores. Mas essa analogia tem repercussões mais profundas.

Na verdade, é o conjunto da cidade e do poder local que está sendo redefinido. O conceito de cidade, e com ele os conceitos de poder público e de governo da cidade são investidos de novos significados, numa operação que tem como um dos esteios a transformação da cidade em sujeito/ator econômico... e, mais especificamente, em um sujeito/ator cuja natureza mercantil e empresarial instaura o poder uma nova lógica, com a qual se pretende legitimar a apropriação direta dos instrumentos de poder público por grupos empresariais privados (VAINER, 2000, p. 89).

Os moradores pobres que constituem a força de trabalho dessa cidade passam a ser, assim, “grupos com *‘escassa relevância estratégica’*. A cidade-empresa está obrigada a ser realista, conformar-se às tendências do mercado e não pode se dar ao luxo de produzir planos

---

<sup>8</sup> O autor, em nota de rodapé, acrescenta: “O fechamento das fronteiras urbanas a *visitantes e usuários insolventes* certamente se funda no mesmo tipo de visão da cidade e do mundo: o direito à cidade, neste caso, passa a ser diretamente proporcional ao índice de solvência dos estrangeiros e visitantes. Aquilo que, de certa forma, já é uma realidade, transforma-se agora em projeto, em estratégia de promoção da cidade” (VAINER, 2000, p. 80 - nota de rodapé, grifos do autor).

<sup>9</sup> O autor, em nota de rodapé, acrescenta: “Nunca é demais lembrar que a oferta de uma imagem de cidade segura não necessariamente depende de que a cidade seja, de fato, segura para os que nela habitam; sempre é possível criar cordões de isolamento e áreas de segurança para os visitantes” (VAINER, 2000, p. 81 - nota de rodapé).

utópicos” (VAINER, 2000, p. 89-90). O apagamento de pessoas de baixo valor estratégico é visto pelo autor como uma democracia direta da burguesia. “Seja como for, o certo é que a analogia cidade-empresa supõe, ao mesmo tempo que propõe, a despolitização da cidade” (VAINER, 2000, p. 90), ou seja, os territórios são formas de gestão e não mais de identidade política, não existe uma verdadeira democracia. Entretanto, o discurso é outro: o da revitalização dos poderes locais.

Isso leva à terceira analogia utilizada pelo autor (VAINER, 2000), a cidade-pátria. Para que essa urbe possa existir é preciso que ela seja despolitizada, que dela sejam retirados os conflitos. Nela “não se elegem dirigentes, nem se discutem objetivos; tampouco há tempo e condições para refletir sobre valores, filosofia ou utopias” (VAINER, 2000, p. 91). Constrói-se ao redor dela um discurso que, “o tempo todo, tratou a cidade como uma unidade: a cidade *compete*, a cidade *deseja*, a cidade *necessita*. [...] sujeito simples, coeso, sem qualificação” (VAINER, 2000, p. 91). Esse é um discurso e, ao mesmo tempo, uma estratégia.

Para que a cidade-pátria se concretize é preciso, primeiro, criar uma consciência de que a cidade está em crise e, portanto, é preciso torná-la mais atraente, mais competitiva, ao mesmo tempo em que se constrói um descrédito nas formas democráticas de pensar o seu planejamento. “A resposta [para criar essa nova cidade] está na transformação do *fugaz sentimento de crise* num consistente e durável *patriotismo de cidade*” (VAINER, 2000, p. 94), Ou seja, deve criar-se um sentimento de pertencimento, de vontade coletiva, de confiança em um futuro melhor. Para isso, é preciso abafar os conflitos e diferenças de interesses, é preciso que sua população esteja em consenso – e, portanto, não discuta questões políticas “menores”. Como afirma Maricato (2000, p. 132), nessa “nova ordem há menos mobilidade social, maior concentração de poder privado e maior segregação”. O importante é ser atraente para o capital estrangeiro.

Entretanto, apesar de considerar a importância dessas aproximações marxistas dos problemas da cidade, acredito que essas explicações não são suficientes para explicar a forma diferenciada como a cidade é vivenciada por determinados grupos sociais – como as travestis. Como lembra Gottdiener (1997, p. 94) a formação desse espaço “pode ser abordada principalmente como um modo histórico e socialmente específico de *design* que pode ser entendido se captarmos a relação entre tais espaço [sic] e os elementos da organização social, como economia, política e valores ideológicos”.

As literaturas até aqui abordadas falam, sobretudo, de cidades maiores, cujas realidades podem ser consideradas apenas com limitações para pensar Santa Cruz do Sul, uma cidade considerada média por possuir entre 100 e 500 mil habitantes (CASTELLO BRANCO, 2006). O crescimento das cidades médias “nos convida a fazer uma reflexão sobre as transformações

no processo de urbanização no Brasil, sua configuração territorial, e especialmente sobre o papel das cidades médias e suas articulações no contexto regional, nacional e global” (CASTELLO BRANCO, 2006, p. 245). O seu papel nesse contexto é o mais importante para a sua determinação.

[...] Sanfeliu e Torné (2004)<sup>10</sup>, relacionam como “cidades intermediárias”: a) centros que oferecem bens e serviços mais ou menos especializados para a sua área de influência; b) centros que constituem nós articuladores de fluxos para outros níveis da rede urbana; c) centros onde se localizam sedes de governo local e regional, exercendo importante papel na descentralização administrativa e governamental nesses níveis. Esses autores apontam ainda que, em comparação com centros maiores, as cidades “intermédias” caracterizam-se por oferecer: sistemas mais equilibrados e estáveis em seu território; maior facilidade de gestão e exercício da cidadania; maior identidade da população com a cidade, facilitada pela escala do assentamento; menores problemas ambientais; menores conflitos e custos sociais; e, por outro lado, menor diversidade social e cultural; menor poder de competitividade econômica e maior dificuldade de acesso aos fluxos de informação e capital. Ressaltam também que, na nova hierarquia urbana, a posição da cidade depende mais de sua inserção nas redes globais do que do seu tamanho populacional. (CASTELLO BRANCO, 2006, p. 247-248).

Portanto, a importância das cidades médias se encontra no fato de que elas “fazem parte da dinâmica territorial a partir de uma vida de relações que as integra, com maior ou menor intensidade, ao movimento do mundo e da formação socioespacial” (ARROYO, 2006, p. 71). Segundo dados da Unesco (1999, p. 42 – tradução minha<sup>11</sup>), as megalópoles, apesar de terem recebido grande atenção dos estudos urbanos, essas correspondem a uma pequena parte da população urbana mundial, sendo que “7% vive em cidades de mais de 10 milhões; 14% em cidades de mais de cinco milhões. A maioria da população urbana mundial (cerca de 56%) vive em cidades de tamanho médio e pequeno de menos de 500 mil habitantes”. No entanto, como coloca esse estudo, essas têm recebido pouca atenção dos pesquisadores.

Entretanto, o número de habitantes não é suficiente para definir uma cidade média, uma vez que essa escala varia entre países e escalas planetárias. Ou seja, países de baixa densidade populacional podem considerar uma cidade média aquela com 25 mil habitantes, enquanto para países de maior densidade esse número pode ser 200 mil (UNESCO, 1999). No Brasil, são consideradas cidades entre 100 e 500 mil habitantes (FRANÇA, 2007). Entretanto, diversos autores vêm questionar essa definição baseada somente no número de residentes (FRANÇA,

<sup>10</sup> SANFELIU, C. B.; TORNÉ, J. M. L. Mirada a otros espacios urbanos: las ciudades intermedias. In: **Scripta Nova** [Revista eletrônica de geografia y ciencias sociales], Barcelona, v. VIII, n. 165, mayo 2004. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-165.htm>.

<sup>11</sup> No original: “un 7% vive en ciudades de más de 10 millones, un 14% en ciudades de más de 5 millones. La mayoría de la población urbana mundial (alrededor de un 56%) vive en ciudades de tamaño medio y pequeño de menos de 500.000 habitantes” (UNESCO, 1999, p. 42).

2007; SPOSITO, 2010; CORRÊA, 2007; UNESCO, 1999). Portanto, a determinação da cidade aqui analisada considera também outros critérios, como a concentração de serviços, de órgãos públicos, de indústrias e a importância que essa tem para a região. Como coloca a Unesco (1999, p. 43-44 – tradução minha<sup>12</sup>), as cidades médias – ou intermediárias:

- São centros servidores de bens e serviços mais ou menos especializados para a população do município e de outros (assentamentos urbanos e rurais) próximos sobre os quais exerce certa influência).
- São centros de interação social, econômica e cultural, o “coração econômico de amplas áreas rurais nas cidades do Terceiro Mundo” [...]
- São assentamentos ligados a redes de infraestruturas que conectam as redes locais, regionais e nacionais e, inclusive, em alguns casos, com fácil acesso às redes internacionais [...]. São nós que articulam fluxos pontos nodais, de referência e de acesso a outros níveis da rede.
- São centros que geralmente abrigam níveis da administração do governo local, regional e subnacional através dos quais canalizam as demandas e necessidades de amplas camadas da população. A descentralização administrativa e governamentais a estes níveis, a estas escalas, leva consigo uma melhor compreensão do meio sobre o qual desenvolver projetos e medidas mais condizentes com a realidade e as necessidades do próprio meio.

Ainda para a Unesco (1999) essas cidades são mais facilmente governáveis – quando comparadas às metrópoles e megalópoles –, encontram-se ali menos problemas ambientais e uma maior identificação da população com o local. Entretanto, “Por seu tamanho, têm uma menor diversidade social e cultural e se produz o que poderíamos chamar de uma certa endogamia social” (UNESCO, 1999, p. 44 – tradução minha<sup>13</sup>).

Santa Cruz do Sul, como busco mostrar no próximo subtítulo, constitui-se como um ponto nodal para a região do Vale do Rio Pardo<sup>14</sup>. Sua importância está ligada à desconcentração industrial (RAMOS, MATOS, GARCIA, 2011). Ouso dizer também que existe um processo de endogamia social, fortemente marcado pela importância dada à cultura

---

<sup>12</sup> No original: “- Son centros servidores de bienes y servicios más o menos especializados para la población del mismo municipio y de otros municipios (asentamientos urbanos y rurales), más o menos cercanos sobre los que ejerce cierta influencia. - Son centros de interacción social, económica y cultural, «el corazón económico de amplias áreas rurales en las ciudades del Tercer Mundo» [...]. - Son asentamientos ligados a redes de infraestructuras que conectan las redes locales, regionales y nacionales e, incluso, algunas, con fácil acceso a las internacionales [...]. Son nodos que articulan flujos, puntos nodales, de referencia y de acceso a otros niveles de la red.- Son centros que suelen alojar niveles de la administración de gobierno local, regional y subnacionales a través de los cuales se canalizan las demandas y necesidades de amplias capas de la población. La descentralización administrativa y gubernamental a estos niveles, a estas escalas, lleva consigo una mejor comprensión del medio sobre el cual desarrollar proyectos y medidas más acordes con la realidad y necesidades del propio medio” (UNESCO, 1999, p. 43-44).

<sup>13</sup> No original: “Por su tamaño tienen una menor diversidad social y cultural, y se produce lo que podríamos llamar cierta endogamia social” (UNESCO, 1999, p. 44).

<sup>14</sup> A região do Vale do Rio Pardo está localizada na zona centro-oriental do território do estado do Rio Grande do Sul, no sul do Brasil. A região é formada por 23 municípios, e apresentava em 2010 uma população total de 418.109 habitantes, em uma área territorial de 13.260,47 Km<sup>2</sup>, com uma respectiva densidade demográfica de 31,5 hab/km<sup>2</sup>. (IBGE, 2010).

germânica, em detrimento das demais. Para Ramos, Matos e Garcia (2011, p. 44), as cidades médias surgem a partir de transformações “nos padrões locacionais da indústria no Brasil; as transformações mais visíveis no movimento migratório nacional; o fenômeno da periferização nas metrópoles; a política governamental de atração de investimentos para as regiões economicamente defasadas”. Para compreender esse processo é ainda importante considerar que o fato de ser uma cidade central para essa região não é necessariamente vantajoso:

As condições de fluidez e porosidade que as cidades médias podem oferecer, para entrar na lógica extrovertida exigida atualmente pelo mundo, não se traduzem necessariamente em benefício direto para a sua população. Numerosas e diversas situações mostram que a capacidade de gerar um excedente nem sempre implica a possibilidade de mais apropriação e gestão local. (ARROYO, 2006, p. 83).

Como busquei demonstrar até aqui, a cidade é um ‘aglomerado de pessoas em um espaço delimitado’, mas é também muito mais do que isso. É nesse espaço e em suas fronteiras que se constrói a sociedade urbana, marcada pelo modo de vida urbano (LEFEBVRE, 1999; SOUZA, 2005). É, portanto, mais do que habitações, ruas, comércios e indústrias, constituindo-se numa forma de viver diferenciada da apresentada no contexto da cidade rural, mercantil ou industrial.

O urbano pode, a grosso modo, ser caracterizado como o desenvolvimento de atividades características de um determinado espaço – a cidade ou, em alguns casos, uma rede de cidades que formam uma região metropolitana. A sociedade urbana é um fenômeno, um movimento constante que se dá na cidade, com características temporais e espaciais que o diferenciam de suas precursoras. Assim, O *urbano* (abreviação de “sociedade urbana”) define-se portanto não como uma realidade acabada, situada, em relação à realidade atual, de maneira recuada no tempo, mas, ao contrário, como horizonte, como virtualidade iluminadora. (LEFEBVRE, 1999, p. 28).

Esse processo teria, portanto, incentivado a urbanização brasileira, que viria a fortalecer-se no início do século XX (MARICATO, 2000). Com a crescente aglutinação de pessoas ao redor das áreas em que se desenvolveram as indústrias, aparecem também as consequências desse processo: a pobreza, a favelização, o aumento nos índices de violência.

O urbano se define como o lugar onde as pessoas tropeçam umas nas outras, encontram-se diante e num amontoado de objetos, entrelaçam-se até não mais reconhecerem os fios de suas atividades, enovelam suas situações de modo a engendrar situações imprevistas. (LEFEBVRE, 1999, p. 46).

Como coloca Souza (2008), entretanto, não é apenas a concentração de pessoas que deve ser considerada como um fator para o surgimento desses ‘problemas’. Existem muitos fatores estruturais e culturais para se considerar. Ou, nas palavras de Lefebvre (1999, p. 72),

Há nesse “ser” [a cidade], que cresce e se desenvolve desigualmente, necessidades urgentes e necessidades diferenciadas. Há, nele, o que o torna idêntico a seus antepassados, o que o torna análogo aos seus semelhantes, e o que o torna diferente. Sua miséria é sua grandeza; suas desarmonias e disfunções o impulsionam adiante, em direção a seu fim. Ele jamais abandona a ambiguidade. O caráter dramático e conflituoso das necessidades e desejos tem um alcance antropológico.

Para começar a exposição que proponho, considero importante esclarecer a perspectiva maior que orienta o olhar dado sobre o espaço urbano. Buscando fugir de orientações deterministas sobre a formação espacial, oriento meu olhar para os “padrões socioespaciais e processos interativos [que] constituem resultados contingentes das muitas relações *contraditórias* que interagem no modo capitalista, mais do que produtos diretos ou de intenções capitalistas ou de maquinações estruturais” (GOTTDIENER, 1997, p. 32). Para Gottdiener (1997, p. 33):

O resultado da reestruturação socioespacial contemporânea foi a produção de desenvolvimento desigual. Embora esse conceito, na forma como é aqui usado, envolva ao mesmo tempo uma dimensão espacial e uma social, seu traço mais importante é o tributo em vidas pessoais cobrado pelos aspectos de natureza injusta e de *design* desumanizado que a produção de espaço apresenta sob as relações sociais existentes.

A perspectiva marxista sobre a produção da urbe traz vantagens sobre as suas precedentes, pois abandona as premissas baseadas em um desenvolvimento natural dos espaços, cujas origens remontam a um darwinismo social. Entretanto, o espaço é visto aqui como formado e formador das relações sociais, sendo um recorte cartográfico, um bem imóvel e, além disso, “uma liberdade existencial e uma expressão mental. O espaço é ao mesmo tempo o local geográfico da ação e a possibilidade social de engajar-se na ação” (GOTTDIENER, 1997, p. 127).

Sua formação é mais do que o resultado de intenções de uma classe capitalista. Para o Estado, o espaço é também “um instrumento político de importância capital. O Estado usa o espaço de uma forma que assegura o controle dos lugares, sua hierarquia estrita, a homogeneidade do todo e a segregação das partes” (LEFEBVRE, 1979, p. 288). Portanto, “essa designação ativa de espaço, essa divisão e reivindicação do espaço por uma multidão de atores e instituições produziu uma ‘explosão de espaços’ – a articulação múltipla das relações sociais estratificadas no espaço” (GOTTDIENER, 1997, p. 130). Essas relações, como coloca Raffestin (1993), são sempre relações de poder. Assim, “o conflito socioespacial não pode ser reduzido à luta de classes sob relações existentes, assim como a ação do espaço não pode ser reduzida ao conceito de terra dos economistas” (GOTTDIENER, 1997, p. 167).



A produção do espaço é vista, portanto, mais como “o produto de processos contraditórios, contenciosos do desenvolvimento capitalista do que necessariamente funcionais para o capitalismo ou determinados por uma lógica de acumulação do capital” (GOTTDIENER, 1997, p. 268). Nesse território desenvolvem-se diferentes relações de poder, posto que é um espaço apropriado por seu uso contínuo por diferentes atores e que através deles se manifesta (RAFFESTIN, 1993). Assim, “Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo pela representação) o ator [ou a atriz] ‘territorializa’ o espaço” (RAFFESTIN, 1993, p. 143). Portanto, é a partir da ação que o território se cria.

Para além da ação de planejadores ou das pressões do mercado imobiliário (GOTTDIENER, 1997; LEFEBVRE, 1979), as pessoas vão constituindo esses espaços através do seu uso, negociando e renegociando sua utilização em jogos de poder assimétricos em que se constituem em importantes formas de resistência (FOUCAULT, 2009). Portanto, as pessoas, como usuárias do espaço, constituem práticas paralelas que os territorializam de maneiras não planejadas pelos gestores ou investidores no espaço urbano.

Esse processo é marcado por “relações conjuntas, contíguas e hierárquicas” (GOTTDIENER, 1997, p. 198) influenciadas por forças econômicas, culturais e políticas, ou seja, “impõe-se a luta desordenada pela produção do espaço tanto no plano ideológico da sociedade quanto nos planos político e econômico” (GOTTDIENER, 1997, p. 220). A forma hegemônica que essa ideologia toma vem apresentar-se como pró-crescimento; uma lógica que sacrifica o uso social do espaço em prol da sua constituição como mercadoria (LEFEBVRE, 1979).

A produção do espaço urbano se apresenta, portanto, como uma conjugação de forças econômicas, políticas e ideológicas que envolvem a apropriação de espaços e a resistência. Essa produção pode ser planejada por uma classe ou frações de classe, mas seus resultados podem ou não ser benéficos para a produção de mais-valia. Como lembra Gottdiener (1997, p. 200), a “intersecção dessas forças sociais envolve um processo contingente, muitas vezes com resultados contenciosos, [na qual] a produção do espaço é mais bem apreendida como a complexa articulação entre estrutura e ação, que está sempre em movimento”.

O processo de produção do espaço urbano é, portanto, complexo e envolve múltiplas forças, relações entre poderes diversos. Dentre essas forças tem-se o Estado, cujo principal papel está na regulação do investimento na terra e no planejamento de infraestruturas e espaços públicos. Como explica Gottdiener (1997, p. 259), o “processo contemporâneo de produção de espaço mescla uns poucos ganhadores grandes com muitos perdedores pequenos. A

reestruturação espacial é desordenada naqueles níveis necessários para tornar mais justo esse resultado”.

Portanto, tanto a cidade como o fenômeno urbano são processos complexos que precisam ser compreendidos a partir das relações de poder e resistência que os mantêm em constante movimento. No próximo subtítulo analiso de que forma alguns desses poderes se manifestam na cidade de Santa Cruz do Sul e influenciam a maneira como diferentes atores e atrizes sociais vão viver esse espaço construído.

## 2.2 Santa Cruz do Sul

Esse subtítulo busca, primeiramente, trazer algumas características gerais da cidade de Santa Cruz do Sul, no Rio Grande do Sul, para introduzir o contexto do qual falo ao tratar do território de prostituição travesti. Inicia-se com uma breve introdução de fatores históricos que marcaram a formação da cidade e influenciam, até hoje, a forma como esse espaço se organiza. A seguir, trago dados com base nas informações encontradas no IBGE (2018). A história da cidade de Santa Cruz do Sul usualmente é contada a partir da chegada dos primeiros imigrantes alemães, em 1849. Entretanto, está intimamente ligada ao município de Rio Pardo, localidade que demonstrou importância militar e acessibilidade por se encontrar na intersecção dos Rios Pardo e Jacuí (BASSAN, 2003). Como marca a autora, foi ali fundada a fortaleza Jesus-Maria-José para defender os interesses de expansão dos portugueses. Entretanto, não escapa à autora o fato de que os primeiros habitantes da região foram os indígenas da tradição Umbu e Kaingang. Por outro lado, Skolaude (2008) evidencia ainda a presença de comunidades quilombola na região.

A ênfase dada à colonização europeia, em detrimento das demais, fica clara mesmo na página oficial da Prefeitura de Santa Cruz do Sul que, na seção *Histórico do município*, afirma: “Apesar da maioria serem agricultores, muitos eram artesãos. Sem poder contar com mão de obra escrava, no entanto, eles precisavam desbravar seus lotes com as próprias mãos ou pagar para que alguém o fizesse. Não eram poucas as dificuldades [...]” (PREFEITURA DE SANTA CRUZ DO SUL, 2018, s.p.). Esses lotes relativamente pequenos haviam sido concedidos pelo governo imperial, em um primeiro momento, passando depois a serem cobrados (SKOLAUDE, 2008). Essa característica marca até hoje a forte presença de pequenas e médias propriedades na região, onde se destaca a produção familiar. O que chamou a atenção, no entanto, foi a ênfase dada às dificuldades encontradas por esses imigrantes – que certamente eram reais –, mas o

total descaso em tratar da mão de obra escravizada – e não escrava – que não se encontrava no local.

A história de Santa Cruz do Sul é, até certo ponto, uma história do apagamento de trajetórias divergentes à colonização alemã, com poucas menções mesmo à colonização portuguesa, muito presente na sua formação (BASSAN, 2003). O crescimento da colônia se deu de forma notável. Como destaca Skolaude (2008, p. 22) esse evoluiu “de uma agricultura de subsistência nos anos iniciais, para a produção e exportação de excedentes, a partir de 1860”. As culturas do feijão e do milho começaram a dar espaço para o tabaco, produto de transporte facilitado e maior lucratividade. Os comerciantes que negociavam esses produtos com a capital, Porto Alegre, começam a se destacar como figuras políticas da região. Em 1905, a localidade é elevada à categoria de cidade (VOGT, 1997).

[...] o início de século XX configurou para Santa Cruz do Sul um cenário marcado pelo estabelecimento do comércio e beneficiamento de tabaco originado pela acumulação de capital mercantil, e pelo início da penetração do capital internacional na região, com a instalação da empresa *The Brazilian Tobacco Corporation* (1917), antecessora da Companhia Brasileira de Fumos em Folha (1920) e depois Souza Cruz (1955). (SKOLAUDE, 2008, p. 26).

Como marca Silveira (2003), o setor agroindustrial fumageiro foi introduzindo novas tecnologias que modernizaram a produção e o processamento do tabaco, além de causar profundas transformações socioespaciais que marcam a cidade até hoje. Com o crescimento populacional e a afirmação de uma elite, desenvolve-se a ideia de criação de um bairro operário, relativamente afastado da região central, o então chamado “Camboím”, em 1940. Assim, passa-se a pensar o planejamento urbano da cidade a partir do afastamento da classe trabalhadora – um processo segregatório (SILVEIRA, 2003).

Nessa perspectiva, Silveira (2003, p. 55) observa que a economia da cidade, “em especial a indústria, saiu favorecida na medida em que pôde contar com o capital anteriormente acumulado pelo comércio, com mão-de-obra relativamente especializada, e usufruir das oportunidades que o mercado interno lhe oferecia”. O estabelecimento das indústrias fumageiras mudou profundamente as relações no campo – onde foram introduzidos fertilizantes e foi-se estabelecendo o fumo como monocultura em muitas propriedades (SILVEIRA, 2003). Mas, também, transformaram o espaço urbano.

Com o crescimento populacional, áreas consideradas rurais, localizadas nas proximidades do centro urbano passam a ser alvo de um intenso processo de especulação imobiliária, acompanhada “por um crescimento acelerado e desordenado da cidade” (SILVEIRA, 2003, p. 62). Assim, as áreas urbanas passam a ser inacessíveis à habitação da

população mais pobre da cidade, que passa a se localizar em loteamentos irregulares em locais afastados.

Como é possível observar, apesar de estar relativamente distante dos grandes centros urbanos do Brasil, o processo de industrialização em Santa Cruz do Sul – consideradas às proporções – em muito se assemelha com o que aconteceu em outras cidades do Brasil e do mundo. Aos poucos, para usar os termos de Lefebvre (2001), o valor de troca das propriedades passa a ser mais importante do que o seu valor de uso. Isso se mostra especialmente a partir da internacionalização do setor fumageiro a partir da década de 1960. Como coloca Silveira (2003, p. 85), “Em realidade a urbanização da cidade tem-se caracterizado, cada vez mais, por um processo desigual e excludente quanto ao acesso e ao uso do solo urbano”. Ainda para o autor, “Durante os anos sessenta e início da década de setenta, o gradativo processo de fragmentação das chácaras e a especulação imobiliária dele resultante continuaram desenvolvendo-se e promovendo, ao longo desse período, uma desigual condição de acesso à cidade” (SILVEIRA, 2003, p. 88).

Entretanto, como busquei mostrar através da interpretação de Gottdiener (1997), apesar de o Capital ser uma importante força na construção do espaço social, outros atores entram nesse jogo. Destaco aqui o papel do poder municipal que, segundo Silveira (2003, p. 104) mostra a “importância que a alocação desigual da infra-estrutura, bem como a definição do zoneamento do uso do solo e a permissividade à intensa expansão espacial da cidade, por parte da prefeitura, têm adquirido na valorização dos imóveis na cidade”. Foi ainda o poder municipal que agiu para que as indústrias se deslocassem para o atual Bairro Industrial, criando uma nova periferia ao redor das grandes fumageiras.

Além disso, destaca-se a ação desse poder para na construção de residenciais para as pessoas da classe trabalhadora em regiões afastadas da central, através dos incentivos do governo federal do Programa Minha Casa, Minha Vida. Essa questão foi analisada sob a perspectiva das epistemologias feministas por Hoff (2018), que buscou demonstrar como a cidade é vivenciada de forma diferenciada pelas mulheres segregadas em residenciais populares de Santa Cruz do Sul. Assim, o poder público auxiliou para a atual configuração da cidade. O deslocamento das grandes indústrias para o Distrito Industrial gerou grandes vazios urbanos, deixando esses prédios abandonados por muitos anos.

Como demonstrei ao discutir o conceito de cidade, o planejamento urbano excludente não é novidade. Não somente o senso comum, mas também o conhecimento científico, segundo Souza (2008), tem suas falácias. “O problema é a falta de planejamento” seria um deles. O autor afirma que é preciso compreender que um planejamento é feito em um contexto institucional,

econômico e funcional, por atores mais ou menos éticos, mais ou menos qualificados, envolvidos em um aparato estatal com dados interesses (SOUZA, 2008).

Fazendo uma breve retomada histórica dos planos urbanísticos no Brasil, Maricato (2000) vem mostrar exatamente isso. Sempre houve planos e projetos para o desenvolvimento urbano. Entretanto, muitos deles foram trabalhados a partir de ideias ‘emprestadas’ de países desenvolvidos, que não se adaptaram ou simplesmente ignoraram as características específicas do território brasileiro em que foram implantadas. Como afirma a autora: “Quando a preocupação social surge no texto, o plano não é mais cumprido. Ele se transforma no plano-discurso, no plano que esconde ao invés de mostrar” (MARICATO, 2000, p. 138).

Mais ainda, Maricato (2000) fala da concepção ideológica desses planejamentos: “Álibi ou convicção positivista, o planejamento foi tomado como solução para o ‘caos urbano’ e o ‘crescimento descontrolado’. Essas ideias dissimulavam os conflitos e os reais motores desse ‘caos’” (MARICATO, 2000, p. 139). Os planos ignoram a cidade ilegal, que cresce exponencialmente, o que leva a autora a perguntar: “Até que ponto é possível insistir na estratégia das elites urbanas brasileiras, de produzir um cenário de modernidade ou, afora, de pós-modernidade, em uma ilha, cercada pela *não cidade*?” (MARICATO, 2000, p. 142).

Isso vem dialogar com uma segunda falácia apontada por Souza (2008): “O problema é a falta de vontade política”. Como afirma o autor, é preciso compreender os motivos – históricos e sociais – que fazem com que exista pouco interesse em resolver os problemas. Como já afirmado nesse estudo, Maricato (2000) aponta alguns desses interesses – a manutenção dos baixos custos da mão de obra, os interesses do mercado imobiliário, as relações políticas clientelistas.

Sob essas complexas relações deve-se pensar o planejamento urbano – ou seria urbanístico? – no Brasil, afinal “o caráter institucional ou ideológico disso que se chama de urbanismo prevalece, até nova ordem, sobre o caráter científico” (LEFEBVRE, 1999, p. 19). Para transformar essa realidade, é preciso lembrar que “A disseminação de informação e do conhecimento sobre a cidade real ou sobre a realidade urbana tem a importante função de afastar a bruma que encobre a realidade e desvendar a dimensão da exclusão” (MARICATO, 2000, p. 168). Isso porque “Hoje, a própria realidade urbana, com sua problemática e sua prática, encontra-se oculta, substituída por representações (ideológicas e institucionais) que têm o nome de *urbanismo*. Este tapa fosso, preenche o vazio” (LEFEBVRE, 1999, p. 48).

Hoje é possível perceber que na cidade de Santa Cruz do Sul a elite migra para condomínios fechados semiurbanos, dotados de infraestrutura pública – como energia, água, pavimentação. Esses condomínios frequentemente ocupam não somente as áreas rurais

imediatamente consequentes às urbanas, mas instalam-se em áreas verdes da cidade, como foi demonstrado por Fröhlich (2015). Nas palavras de Silveira (2016, p. 48), o

[...] crescimento econômico foi acompanhado por intenso e desigual processo de urbanização, com ampliação progressiva do perímetro urbano, do aumento da verticalização da cidade na área central, com o surgimento de ocupações irregulares pela população de baixa renda na periferia urbana, bem como pela produção de novos produtos imobiliários através da construção de loteamentos fechados e condomínios residenciais em áreas intermediárias e periféricas da cidade.

O centro concentra a classe média-alta, ao mesmo tempo em que possui áreas de abandono. O processo de revitalização desses espaços não passa despercebido. Nos últimos anos, têm-se proliferado estabelecimentos comerciais como choperias, cafés, *pubs*. Um dos prédios abandonados pela indústria fumageira agora se torna um enorme complexo vertical destinado tanto à habitação quanto ao comércio.

A cidade continua crescendo. Hoje a cidade tem a população estimada de 129.427 habitantes (dados de 2018); no último censo (2010), a população total 118.374, dos quais apenas 13.184 vivem no meio rural. Portanto, 105.190 pessoas residem na área considerada urbana da cidade. O PIB per capita é de 63.536, 14, colocando a cidade na 25ª posição no estado do Rio Grande do Sul, considerando que esse possui 497 municípios. Portanto, apesar das desigualdades que busquei trazer anteriormente, é um município de economia dinâmica, baseada sobretudo no setor industrial (IBGE, 2018), o que faz com que seja, hoje, o polo central da região do Vale do Rio Pardo (DORNELLES, 2015).

Como demonstram Kummer e Silveira (2017), em 2010 a cidade tinha 88,8% de sua população vivendo no meio urbano, um percentual superior às demais cidades da região. No mesmo ano, a cidade concentrou quase 40% da população urbana do Vale do Rio Pardo, ou seja, “esses números em Santa Cruz do Sul vão para cento e cinco mil, cento e noventa (105.190) e o Vale do Rio Pardo chega a duzentos e sessenta e três mil, novecentos e sessenta e dois habitantes (263.962) na área urbana” (KUMMER; SILVEIRA, 2017, p. 106). Assim, a cidade se estabelece como a única com mais de 100 mil habitantes na região.

Kummer e Silveira (2017) mostram ainda que a População Economicamente Ativa com 16 anos ou mais de Santa Cruz do Sul encontrava-se distribuída da seguinte forma: 13,6% na agricultura, 27,3% na indústria e 59,1% no setor de serviços. A partir desses dados considero possível inferir que as dinâmicas industriais formaram um centro urbano que permitiu a transição entre uma cidade industrial – para usar os termos de Lefebvre (1999), para uma cidade

urbana. Entretanto, a importância da indústria do tabaco ocupa ainda uma posição central, porque está intimamente ligada à produção agrícola.

Entretanto, são muitas as dinâmicas que influenciam na forma como se definem determinados territórios na cidade (GOTTDIENER, 1997; RAFFESTIN, 1993), porque são múltiplas as relações de poder que se inscrevem nesse espaço. Considerei importante trazer essa reflexão, muitas vezes baseada em concepções marxistas – que dão preferência ao Estado e ao Capital como determinantes (MARICATO, 2000; LEFEBVRE, 1999, entre outros) porque essas análises, por mais importantes que sejam para compreender questões macroestruturais, não explicam a presença das travestis no coração da cidade.

O território de prostituição travesti encontra-se nas esquinas das ruas Ernesto Alves e 28 de Setembro, a apenas duas quadras da Praça da Bandeira, onde se localiza a sede do governo municipal. Encontra-se também a duas quadras do Parque da Oktoberfest e a uma da Vila Militar. Os dois lados da Rua Ernesto Alves foram ocupados pelos então abandonados prédios de fumageiras, que assim se encontravam desde a transferência dessas para o bairro Industrial, ficando a região em um aparente esquecimento por parte do poder público. Hoje, um desses prédios foi ocupado por um grande condomínio vertical, ainda em construção. O outro faz parte de um projeto de construção – ainda não iniciado – de um *shopping center*. O complexo München pode ser visualizado na Ilustração abaixo:

### **Ilustração 01 – Complexo *Open Mall & Residence München***

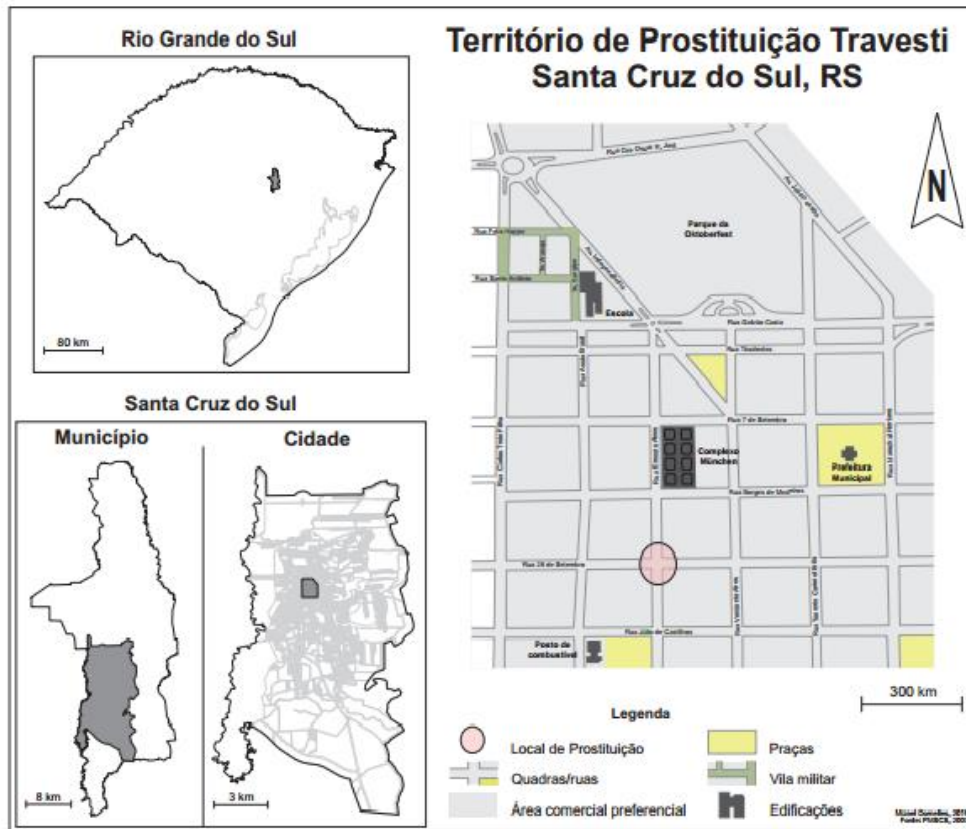


Fonte: Fotografia retirada pela autora em fev. 2019.

No mapa abaixo é possível visualizar que, no decorrer dessa pesquisa, o território de prostituição travesti foi, lentamente, ‘migrando’ para a esquina abaixo, um pouco mais distante,

mas ainda no centro da cidade. O mapa também marca os principais pontos de referência aqui mencionados, com o intuito de permitir a visualização do território.

**Mapa 01 – Território de prostituição no centro da cidade**



Fonte: PMSCS, 2007. Elaborado por Mizael Dornelles. Organizado pela autora.

O centro tem se transformado de uma área predominantemente residencial e industrial em um espaço tanto de residências como de pequenos comércios como restaurantes e choperias, atraindo predominantemente a população jovem de classe média e alta. Entretanto, ainda se trata de uma esquina relativamente silenciosa e escura, o que permite que as travestis trabalhem ali durante a noite. Entretanto, essa realidade está se transformando, o que pode comprometer sua permanência nesse espaço, especialmente quando da conclusão do complexo vertical.

A permanência das travestis nesse espaço é um sinal de como a construção do espaço social é complexa e, muitas vezes, contraditória (GOTTDIENER, 1997). Apesar dos esforços para gentrificar essa área, elas permanecem, mostrando que têm determinado poder – não irrestrito – sobre esse território<sup>15</sup>. Durante meu campo, não me foram narrados casos em que a

<sup>15</sup> Entretanto, no período de realização dessa pesquisa, o território “migrou” para a esquina abaixo, como é possível verificar no mapa 01.



polícia ou qualquer órgão oficial tentasse usar de coerção para removê-las. Mas Linda e Felícia falaram de como a construção do residencial por um lado auxilia os trabalhos no território – porque trouxe uma nova clientela, os trabalhadores da obra –, mas ao mesmo tempo iluminou a área. Ambas acreditam que não será possível permanecer ali por muito tempo (Relatos registrados em diários de campo do dia 07 de maio com Linda e dia 28 de maio com Felícia).

Feita a apresentação e discussão sobre a cidade, adentro no próximo capítulo com o intuito de trazer três conceitos que me parecem essenciais para pensar a realidade cotidiana das travestis. O primeiro é baseado na ideia de espaços interditos, utilizado especialmente por Joseli Silva (2008), para demonstrar como a cidade não é vivenciada pelas travestis da mesma maneira que é para as demais pessoas. Os dois últimos conceitos são baseados nos estudos de Butler (2003; 2009a; 2009b). Tratam da performatividade de gênero e da forma como essa performatividade pode levar a uma vida invisibilizada, precária, abjeta. Através desses conceitos, analiso as experiências que pude viver junto às travestis.

### 3 RELAÇÕES DE PODER NO TERRITÓRIO

Neste capítulo apresento os principais conceitos do referencial teórico – poder e território, relacionando-os com as vivências das travestis que foram por mim observadas. Para isso, busco primeiramente apresentar o conceito de poder com o qual trabalho, a partir de estudos realizados com base nos trabalhos de Foucault (2006; 2007; 2009; 2010), trazendo algumas experiências que me fizeram questionar especialmente a minha introdução como pesquisadora no território de prostituição travesti.

No segundo momento trago o conceito de território e a forma como o poder se desenvolve nesse espaço, relacionando o conceito foucaultiano de poder com a construção desse espaço social mais ou menos definido (RAFFESTIN, 1993). A presença do território se mostra na forma como as relações com as travestis e com outros grupos sociais se dá nesse espaço perpassado por hierarquias móveis, nas quais as fontes de poder são, ao mesmo tempo, fluidas e determinadas. Início o trabalho buscando compreender a complexidade do conceito de poder segundo a perspectiva foucaultiana, para então buscar elucidar de que forma esse poder se apresenta no cotidiano do território de prostituição travesti.

#### 3.1 Entre poderes e saberes: a busca pela introdução em campo

Segundo Foucault (2006), o poder é o problema que perpassou todos os seus trabalhos, mesmo aqueles em que trata mais especificamente da temática do saber. Isso porque essas temáticas muito profundamente interligadas, sendo o saber um dispositivo do poder, e vice-versa. Portanto, trata de compreender “como, de um discurso para o outro, se produzem efeitos de poder? Então é toda essa ligação do saber e do poder, mas tomando como ponto central os mecanismos de poder” (FOUCAULT, 2006, p. 227). É sob essa perspectiva que busco analisar, nesse subtítulo, o que foi desenvolvido sobre esse autor – mas não somente por ele – a partir da temática.

Raffestin (1993, p. 54) afirma, “O laço entre o poder e o saber é evidente, mas não há nem informação pura nem energia pura. Trata-se sempre de uma combinação das duas. O espaço-tempo relacional é organizado pela combinação de energia e informação”. (RAFFESTIN, 1993, p. 54). Essa combinação faz com que o poder se mostre de formas diferenciadas. A influência, por exemplo, exige mais informação, mas menos energia; a coerção, mais energia e menos informação, mas “todo ponto de exercício do poder é ao mesmo tempo um lugar de formação do saber” (RAFFESTIN, 1993, p. 56). Esse poder, cabe portanto

afirmar, não trata somente de um sistema repressivo, mas existe em todas as relações sociais e produz conhecimentos e discursos.

Toda relação é ponto de surgimento do poder, e isso fundamenta a sua multidimensionalidade. A intencionalidade revela a importância das finalidades, e a resistência exprime o caráter dissimétrico que quase sempre caracteriza as relações [...] Sendo toda relação um lugar de poder, isso significa que o poder está ligado muito intimamente à manipulação dos fluxos que atravessam e desligam a relação, a saber, a energia e a informação (RAFFESTIN, 1993, p. 53-54).

No momento em que estabeleci, juntamente com as minhas orientadoras, trabalhar com o conceito foucaultiano de poder, foi primeiro necessário compreendê-lo como um poder fluido que embasa e é embasado por discursos que perpassam cotidianamente a trama social. Portanto, ele se exerce através de estratégias discursivas que se materializam em práticas mais ou menos organizadas, mais ou menos coordenadas que criam um dispositivo. Esse, por sua vez, é compreendido como algo que “está sempre inscrito em um jogo de poder, estando sempre, no entanto, ligado a uma ou mais configurações de saber que dele nascem mas que igualmente o condicionam. É isto, o dispositivo: estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles” (FOUCAULT, 2010, p. 246).

Como coloca Machado (2010), esses poderes não podem ser localizados em um ponto específico da estrutura social, mas “Funcionam como uma rede de dispositivos ou mecanismos a que nada ou ninguém escapa [...]. Rigorosamente falando, o poder não existe; existem sim práticas ou relações de poder” (MACHADO, 2010, p. XVI). Foi necessário, para adentrar a campo, que eu compreendesse que, assim como as interlocutoras dessa pesquisa, também eu, como pesquisadora, exerço múltiplas formas de poder e de saber, sendo parte das relações que se estabelecem no território. Isso se mostrou desde a minha primeira saída a campo.

O Poder, com maiúscula, se refere à soberania do Estado, mas essa definição não nos é útil em uma perspectiva relacional. O que me interessa aqui é o poder, com minúscula, posto que esse “se aproveita de todas as fissuras sociais para infiltrar-se até o coração do homem [sic]” (RAFFESTIN, 1993, p. 52). Isso porque concordo com Raffestin (1993, p. 52) quando esse afirma que o poder “mais perigoso é aquele que não se vê, ou que não se vê mais porque acreditou-se tê-lo derrotado, condenando-o à prisão domiciliar [...] Desde então, o poder torna-se perene, pois não é mais visível, é consubstancial a todas as relações [...] Multidimensionalidade e imanência do poder em oposição à unidimensionalidade e à transcendência” (RAFFESTIN, 1993, p. 52).

Apesar de já ter conversado não oficialmente com algumas das minhas interlocutoras, a primeira vez em que fui a campo senti-me um pouco deslocada. Juntamente com um amigo, ficamos circulando pelas redondezas, esperando a chegada das travestis ao trabalho, nesse espaço que é popularmente conhecido como de prostituição travesti. Já havia circulado por ali antes, posto que residi na vizinhança até o ano de 2016. Dois dias antes, em seis de janeiro de 2018, por volta das 23h, informalmente havia conversado muito brevemente com Samantha, que me disse que ficaria feliz em me auxiliar na pesquisa. Entretanto, pediu que eu passasse ali mais cedo, quando havia menos movimentação de clientes – por volta das 21h.

Um pouco antes disso, dois dias depois, eu e meu amigo estávamos lá, aguardando. Sentamo-nos em um muro em frente a um terreno baldio próximo ao ponto, um pouco desconfortáveis com o silêncio e a escuridão. Resolvemos então esperar em um posto de gasolina próximo, cuja loja de conveniência ainda estava aberta e havia uma circulação maior de pessoas. Relembrando o momento me recorro das palavras de Benedetti (2005, p. 44)

Como todo marinheiro de primeira viagem, sentia medo. Medo do escuro, medo da velocidade dos carros, do fato de haver muitas pessoas circulando, dos olhares inquisidores; medo da violência e da polícia [...] Enfim, o medo foi um sentimento importante na prática da etnografia, porque me mostrou que esse não era um privilégio meu [...]. O medo é um sentimento corrente no “mundo da noite” e talvez um dos mais presentes.

Para esse antropólogo, o medo foi a primeira coisa que percebeu ter em comum com as travestis com as quais pesquisou em Porto Alegre. Eu, em uma cidade menor, tive medo da falta de luzes, da falta de carros. Mas estava ali o medo. Ficamos por um tempo, meu amigo e eu, no posto de gasolina, conversando com a atendente que nos informou que as travestis frequentavam o espaço – para comprar cigarros, cervejas, camisinhas, e trouxe algumas importantes informações sobre as relações de poder daquele território – assunto que tratarei no próximo subtítulo.

## Ilustração 02 – Posto de gasolina



Fonte: Fotografia retirada pela autora em fev. 2019.

Depois de cerca de meia hora, resolvemos dar mais uma circulada. Poucos metros depois encontramos uma delas. Parei para conversar, me apresentei como pesquisadora e ela começou a tirar a roupa em nossa frente, dizendo que estava muito vestida para a ocasião. Fiquei levemente constrangida, mas brinquei que ela estava ótima com ou sem roupas e falei um pouco sobre meus objetivos de pesquisa. A partir da reflexão feita posteriormente, percebo várias questões importantes nessa relação de poder e de saber que ali se estabeleceu temporariamente.

Por isso considero importante afirmar essa perspectiva relacional, ou seja, é somente nas relações que o poder se torna compreensível, passível de ser captado pelo pesquisador ou pela pesquisadora. Não se trata somente de uma relação dominador/dominado. Uma análise do poder deve o compreendê-lo, segundo Foucault (2009, p. 102-103):

[...] como a multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; um jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de força encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou, ao contrários, as defasagens e contradições que as isolam entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemônias sociais.

Portanto, ao invés de pensar em um poder que emana das altas esferas, é preciso pensar em um poder que surge nas relações cotidianas e que pode ser lá cristalizado. Esse poder tem

bases móveis e instáveis, mas pode ser considerado onipresente “não porque tenha o privilégio de agrupar tudo sobre sua invencível unidade, mas porque se produz em todos os pontos, ou melhor, em toda relação entre um ponto e outro. O poder está em toda parte; não porque englobe tudo, mas e sim porque provém de todos os lugares” (FOUCAULT, 2009, p. 103).

O ato de retirar a roupa foi uma demonstração de um poder e também a reação a um. Eu cheguei me apresentando como mestranda, mostrando não pertencer àquele universo. Mostrando um saber e um poder, não por intenção, mas por medo de ser confundida com esse mundo que não me pertence e sobre o qual eu conheço muito pouco para nele sobreviver. Ela mostrou um poder e um saber, porque se utilizou da nudez para me intimidar, para me mostrar que eu não pertencia mesmo e que se eu quisesse ter acesso às informações que ela tem, o conhecimento que ela possui, eu ia ter que me adaptar.

Para Foucault (2009) é importante que se compreendam algumas proposições sobre o poder. Primeiramente, o autor afirma que o poder não é algo que possa ser adquirido, mas apenas exercido “a partir de inúmeros pontos e em meio a relações desiguais e móveis” (FOUCAULT, 2009, p. 104). Esse poder não está no exterior das relações, mas faz parte delas e tem um caráter essencialmente positivo – no sentido em que é capaz de produzir, mais do que de reprimir ou proibir, vindo de cima, sim, mas também de baixo, “isto é, não há, no princípio das relações de poder, e como matriz geral, uma oposição binária e global entre os dominantes e os dominados” (FOUCAULT, 2009, p. 104).

Nesse momento, eu e ela éramos iguais e diferentes. Ambas possuíamos interesses e formas de ação diferenciadas, mas ambas estávamos ali firmando uma relação entre poderes e saberes. Para Foucault (2009, p. 105): “não há poder que se exerça sem uma série de miras e objetivos. Mas isso não quer dizer que resulte da escolha ou da decisão de um sujeito, individualmente”. Entretanto, para que exista, precisa ter certa estratégia, uma estratégia sem sujeito (FOUCAULT, 2010). E então eu compreendi que

Ora, o que esses [sic] intelectuais descobriram depois da recente arremetida [no meu caso, bem próxima] é que as massas [no meu caso, minhas interlocutoras] não necessitam deles [sic] para saber: elas sabem perfeitamente, claramente, muito melhor do que eles [sic]; e elas o dizem muitíssimo bem. Mas existe um sistema de poder que barra, interdita, invalida esse discurso e esse saber. Poder que não está apenas nas instâncias superiores da censura, mas que se enterra muito profundamente, muito sutilmente em toda rede da sociedade. (FOUCAULT, 2006, p. 39).

A estratégia dela foi de poucas palavras, mas com um discurso claro. Ainda vale fazer constar que “lá onde há poder há resistência e, no entanto (ou melhor, por isso mesmo) esta nunca se encontra em relação de exterioridade em relação ao poder” (FOUCAULT, 2009, p.

105). Nesse momento, fomos poder e resistência, já que essas são “o outro termo das relações de poder; inscrevem-se nessas relações como o interlocutor irreduzível” (FOUCAULT, 2009, p. 106). Conversei com ela por poucos e interessantes minutos, em que ela se recusou inclusive a me dizer seu nome. Pouco depois percebi que poderia estar atrapalhando o trabalho dela com a minha presença. Pedi que ela me passasse um contato, o número do *Whatsapp*<sup>16</sup>, ao que ela se recusou, e me retirei do local.

Para Foucault (2009) é preciso compreender como os poderes agem no interior dos discursos sem, entretanto, ver esse poder como um exercício de restrição, mas de construção de novas possibilidades. Esse poder, “não é nem uma categoria espacial nem uma categoria temporal, mas está presente em toda ‘produção’ que se apoia no espaço e no tempo. O poder não é fácil de ser representado, mas é, contudo, decifrável” (RAFFESTIN, 1993, p. 06). Conversar com ela e ter sido introduzida nesse jogo claro – mais para ela do que para mim, naquele momento – me trouxe um novo conhecimento sobre a forma de abordagem, sobre a linguagem e mesmo sobre a vestimenta – nunca mais saí a campo de calça social. Afinal, “A linguagem é um instrumento de poder da mesma forma que qualquer outro; não que possa ser o objeto de uma apropriação privada, mas pode ser manipulada, com mais ou menos eficácia” (RAFFESTIN, 1993, p. 107). Percebi a importância de fazer uma abordagem a partir da genealogia, considerando que

Genealogias focam em conhecimentos locais, descontínuos, desqualificados, ilegítimos contra um corpo teórico único que irá filtrá-los, hierarquizá-los e ordená-los em nome de algum *verdadeiro* conhecimento [...] não podem haver constantes, essências ou formas imóveis de ininterruptas continuidades [...] (SARUP, 1993, p. 59 – Tradução minha)<sup>17</sup>.

Isso, que eu já conhecia em teoria, mostrou muito sobre meu posicionamento prático frente à realidade que fui – com limitações – descobrindo, afinal, “o poder moderno opera pela construção de ‘novas’ capacidades e modos de agir mais do que pela limitação de formas pré-existentes” (SARUP, 1993, p. 73 – Tradução minha)<sup>18</sup>. Como nos dirá Machado (2010, p. XIX), o diferencial do pensamento foucaultiano, a base de sua genealogia se encontra no fato de que “O indivíduo é uma produção do poder e do saber” (MACHADO, 2010, p. XIX). Tem uma

---

<sup>16</sup> Plataforma social digital para a conversação *online*.

<sup>17</sup>No original: “*Genealogies focus on local, discontinuous, disqualified, illegitimate knowledges against the claims of a unitary body of theory which would filter, hierarchize and order then in the name of some true knowledge [...] there can be no constants, no essences, no immobile forms of uninterrupted continuities*” (SARUP, 1993, p. 59).

<sup>18</sup>No original: “*Modern power operates through the construction of ‘new’ capacities and modes of activity rather than through limitation of pre-existing ones*” (SARUP, 1993, p. 73).

característica positiva, pois cria e transforma o indivíduo. Ali “o discurso é o espaço em que o saber e o poder se articulam, pois quem fala, fala de algum lugar” (BRANDÃO, 2004, p. 37).

A segunda situação em que pude perceber uma relação de poder foi mais sutil do que essa. Em minha terceira saída a campo (em 20 de janeiro de 2018) conheci por alguns segundos a travesti que chamarei de Linda<sup>19</sup>. Com ela e com várias outras tive uma aproximação menos conflituosa do que com a primeira. Cheguei dizendo que não queria atrapalhar o trabalho, mas ficaria muito feliz se ela pudesse me passar o *whats*<sup>20</sup> para que pudéssemos conversar em outro momento sobre uma pesquisa que eu estava realizando sobre como as travestis eram tratadas na cidade. Nesse momento, não só peguei o contato dela, como a de Suelen, que estava com ela. Percebi então que elas se interessam pela possibilidade de serem ouvidas.

Também pedi autorização para ficar observando de longe, de onde não pudesse reconhecer nenhum cliente ou comprometer o trabalho delas. Aproveitei a boa aceitação e fiquei ali por mais duas horas, acompanhada de um amigo, a uma distância de uns 50 metros, observando a dinâmica do momento. Boa parte do tempo em que ali fiquei, segui conversando com Linda no *whats*. Suelen saiu logo depois com um cliente, mas me respondeu no dia seguinte. Linda saiu, também, mas quando voltou continuou fazendo contato comigo. Suelen, poucos dias depois, foi para Joinville, onde estava antes de vir trabalhar aqui, e perdemos o contato.

Linda, pelo contrário, adicionou-me em outras plataformas sociais digitais e conversamos bastante por elas, trocando fotos e experiências. Por três vezes marcamos entrevistas mais “formais”, fora do ambiente de trabalho para que eu não atrapalhasse o momento. Nas duas primeiras ocasiões ela teve que cancelar por questões de trabalho, foi aí que eu descobri que ela não se prostituía somente ali, mas também na faixa<sup>21</sup>. Mesmo preferindo ficar no centro, às vezes precisava “fazer faixa”. Até hoje não sei se a necessidade da qual falava era financeira ou uma expressão de outra forma de poder – possivelmente associada à questão financeira.

A última vez que Linda desmarcou comigo foi um dia antes de eu sair em férias com minha família (dia 01 de junho de 2018). Enquanto eu estava fora do país, escreveu-me: “Sinto muito, mas não vou mais poder te dar a entrevista”. Eu respondi que estava tudo bem e perguntei se de alguma maneira eu tinha feito algo que fizesse ela mudar de ideia, mas só se ela pudesse me dizer, só se não fosse causar nenhum problema para ela. Ela não me respondeu. Depois

---

<sup>19</sup> Os nomes foram preservados para manter a identidade das interlocutoras de pesquisa.

<sup>20</sup> Diminutivo de *Whatsapp*.

<sup>21</sup> Expressão gaúcha utilizada para falar de uma grande rodovia estadual ou federal.



disso não tive mais acesso a nenhuma das mídias sociais digitais nas quais conversávamos. Vi ela ainda algumas vezes, trabalhando, mas só cumprimentei à distância, tentando não criar problemas.

Até hoje não sei o que motivou a decisão dela. Sei que pouco antes estava com um companheiro, então talvez seja associado a possibilidade de eu expor essa relação – o que jamais me ocorreria! Sei também que era “agenciada” (termo dela), apesar de eu nunca ter tido acesso a tal pessoa, então pode ser relativo a questões de trabalho. Pouco tempo antes eu tinha tentado fazer contato com a Polícia Militar para saber qual o discurso que eles têm sobre a prostituição travesti – talvez eu tenha feito com que elas tenham sofrido represálias por estarem conversando comigo. O que me fez pensar nas palavras de Foucault (2006, p. 44) quando esse afirma:

[...] seria preciso saber até onde se exerce o poder, por quais relés e até quais instâncias, com frequências ínfimas, de hierarquia, de controle, de fiscalização, de interdições, de coações. Em toda parte onde há poder, o poder se exerce. Ninguém, para falar com propriedade, é seu titular; e, no entanto, ele se exerce sempre em uma certa direção, com uns de um lado e outros de outro; não se sabe ao certo quem o tem; mas se sabe quem não o tem.

Depois desse momento, a minha comunicação com as travestis que me propus a conhecer diferenciou-se. Graças à grande rotatividade, quando retornei de viagem<sup>22</sup> não encontrei várias das que antes conhecia. O inverno rigoroso, como me explicou Felícia, fez com que elas não permanecessem na rua a não ser que fosse muito necessário, preferindo atender somente aos clientes fixos, com os quais mantinham contato pelo *Whatsapp* e encontravam com hora marcada. Nessas poucas páginas e experiências um pouco sobre como convivi com situações que envolvem os interstícios entre o poder e o saber, com suas bases móveis e instáveis, mas também em relações de dominação e resistência. Como afirma Foucault (2006, p. 181)

Uma vez que se pode analisar o saber em termos de região, de domínio, de implantação, de deslocamento, de transferência, pode-se apreender o processo pelo qual o saber funciona como um poder e reconduz seus efeitos. Têm-se uma administração do saber, uma política do saber, relações de poder que passam através do saber e que, muito naturalmente, se quisermos descrevê-las, remetem-nos a essas formas de dominação às quais se referem noções como campo, posição, região, território.

Com o intuito de analisar como essas formas de poder podem influenciar a forma como se constrói o espaço, especialmente no caso do ocupado pelas travestis, busco no próximo

---

<sup>22</sup> Na ocasião, tive a oportunidade de sair do país por 20 dias, viajando pela França e pela Espanha. Mesmo estando em um momento crucial da pesquisa, não pude negar a possibilidade – tão rara – de conhecer esses países e suas culturas.

subtítulo trabalhar especificamente com as relações de poder no território. Isso porque o “poder, antes de se difundir e antes de se esgotar, se cristaliza num lugar, em lugares que com frequência ele marca profundamente, às vezes até de uma forma indelével” (RAFFESTIN, 1993, p. 186). Busco trazer ainda experiências que marcam como esse território é, ao mesmo tempo, fechado e aberto a outras territorialidades.

### **3.2 O poder perpassa o espaço**

Como propus, nesse subtítulo intento falar sobre como o poder e o saber são constituintes e constituem o território de prostituição travesti. Em um primeiro momento, trago o conceito de território aqui utilizado, baseado sobretudo na forma como Raffestin (1993) constitui esses espaços construídos. Esse autor trabalha tendo por base a concepção foucaultiana de poder que, como visto, trata de um poder fluido, presente em todas as relações sociais (FOUCAULT, 2006; 2009). Para falar das singularidades dos territórios de prostituição travesti, aciono, entre outros autores, Ornat (2009).

Busco ainda ilustrar duas situações que considere interessantes para pensar essa questão. A primeira fala da forma como esse território é fechado, marcado pela presença exclusivas das travestis na prostituição no local. O segundo mostra como ele é permeado por múltiplas relações que se inter cruzam e como as travestis que constituem esse espaço não são necessariamente atreladas a ele – no sentido de pertencimento cultural, social, emocional ou político.

Para começar, cabe trazer uma definição de território, um termo bastante polissêmico, utilizado de maneiras distintas em diferentes áreas do conhecimento. A partir da interpretação de Raffestin (1993), é possível afirmar que o território é uma concepção espaço-temporal onde se realizam as relações de poder. Portanto, “O território [...] não poderia ser nada mais do que o produto das relações sociais” (RAFFESTIN, 1993, p. 07). Ao mesmo tempo em que ele é construído, é consumido, criando uma territorialidade que reflete as relações que ali se dão.

Nessa perspectiva “Toda relação é ponto de surgimento do poder, e isso fundamenta a sua multidimensionalidade [do território]. A intencionalidade revela a importância das finalidades, e a resistência exprime o caráter dissimétrico que quase sempre caracteriza as relações” (RAFFESTIN, 1993, p. 53). Como localização espaço-temporal dessas relações, revela um jogo de poder onde “O território é um trunfo particular, recurso e entrave, continente e conteúdo, tudo ao mesmo tempo. O território é o espaço político por excelência, o campo de ação dos trunfos” (RAFFESTIN, 1993, p. 59-60).

Como explica Haesbaert (2004), o processo de globalização transformou a forma como se dão os territórios, mas não levou à desterritorialização, como anunciado. Pelo contrário, o que se visualiza hoje é uma multiterritorialidade. Nas palavras do autor

Muito mais do que perdendo ou destruindo nossos territórios, ou melhor, nossos processos de territorialização (para enfatizar a ação, a dinâmica), estamos na maior parte das vezes vivenciando a intensificação e complexificação de um processo de (re)territorialização muito mais múltiplo, "multiterritorial". (HAESBAERT, 2007, p. 19)

Assim, a multiterritorialidade se ampara no fato de que os indivíduos se articulam e operam em múltiplos territórios, com múltiplas funcionalidades. Ao analisar o território das travestis, convém perceber que diferentes territorialidades – com diferentes relações de poder – ali se estabelecem em diferentes horários do dia. Entretanto, essas, até certo ponto, se interpenetram, convivem e estabelecem relações – usualmente pouco harmônicas, umas com as outras. Não escapa, ainda, ao autor, a dimensão analítica do poder:

Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional "poder político". Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais explícito, de dominação, quanto ao poder no sentido mais implícito ou simbólico, de apropriação (HAESBAERT, 2007, p. 20-21).

O poder que constrói esse espaço se dá pela ação das pessoas ou grupos que fazem uso dele. Assim, "O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator 'territorializa' o espaço" (RAFFESTIN, 1993, p. 143). A imagem a seguir traz uma pequena amostra desse território.

### Ilustração 03 – Território de prostituição travesti<sup>23</sup>



Fonte: Fotografia retirada pela autora em fev. 2019.

Para que esse espaço seja construído, é preciso que os atores ali depositem uma intenção, que pode se manifestar através da força ou da influência, ou seja “nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a ‘prisão original’, o território é a prisão que os homens [sic] constroem para si” (RAFFESTIN, 1993, p. 143-144). Portanto, não é uma delimitação natural, mas social que perpassa a cultura, a economia, a política. Ou seja, “É uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Essa definição de território remete a uma situação que me foi narrada pela atendente do posto de gasolina localizado nas proximidades do local de trabalho das travestis. Na ocasião de minha primeira saída a campo, como mencionei, optei por esperar a chegada das minhas interlocutoras de pesquisa nesse espaço, por ser mais movimentado. Conversando com essa pessoa, consegui algumas importantes informações sobre esse território. Ela me narrou uma situação que considerou marcante sobre o espaço, além de me passar dados sobre a cafetinagem e distribuição das travestis na esquina de prostituição.

---

<sup>23</sup> A fotografia foi retirada no início de uma noite de terça-feira, momento de pouco movimento, buscando não atrapalhar o trabalho das travestis ou levantar suspeitas de seus clientes.

Contou-me sobre uma situação em que diversas travestis expulsaram violentamente uma transexual do território, arrastando-a até a frente do posto de gasolina, onde afirmaram que ali ela poderia se prostituir, mas não junto a elas. Assim, como coloca Raffestin (1993, p. 153), “Falar de território é fazer uma referência implícita à noção de limite que, mesmo não sendo traçado, como em geral ocorre, exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço” (RAFFESTIN, 1993, p. 153). Nessa ocasião, as travestis estabeleceram o limite do seu território e deixaram claro que algumas pessoas não são bem quistas nesse espaço. Explica ainda que “Delimitar é, pois, isolar ou subtrair momentaneamente ou, ainda, manifestar um poder numa área precisa” (RAFFESTIN, 1993, p. 153).

Assim, “a territorialidade consiste na distribuição dos corpos no espaço, mas num espaço decodificado, em que determinadas sociabilidades – e não outras – são inscritas. Uma distribuição que é tanto populacional quanto semântica ou retórica, num nível discursivo” (SILVA, 2008, p. 14). Portanto, é um espaço simbólico cujo código se inscreve em um determinado lugar e estabelece o que pode ou não se realizar ali.

Mas, além da delimitação espacial, realiza-se uma delimitação temporal na qual duas territorialidades se formam: uma durante o dia, outra durante a noite. Na primeira nota-se a circulação de pessoas que vão e voltam de suas casas e trabalhos. No segundo momento esse espaço – formado basicamente pelas esquinas da Rua 28 de Setembro e a Ernesto Alves – transforma-se em palco de trabalho de travestis. A mesma dinâmica foi apontada por Vasconcelos, Cal e Mozarkel (2016) no bairro Reduto, em Belém do Pará, e também por Souza (2001), no Rio de Janeiro, levando o autor a classificar esses territórios como cíclicos.

Assim, “Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo pela representação) o ator [sic] ‘territorializa’ o espaço” (RAFFESTIN, 1993, p. 143). Portanto, é a partir da ação que o território se cria. Nessa relação, acabam por construir um espaço que, pela sua ação, transformam em território e lhe dão identidade (ORNAT, 2009). A homossexualidade, a performatividade de gênero e a prostituição irão criar um espaço geográfico e simbólico muito particular às travestis, perpassado por violência, interdição e resistência (SILVA, 2008). Tanto nas relações com outros atores sociais (ORNAT, 2009), quanto em suas relações internas (VASCONCELOS; CAL; MOKARZEL, 2016), as dinâmicas desse território em particular são perpassadas por complexas formas de poder que se evidenciam nos discursos que ora reafirmam, ora colocam em xeque a heteronormatividade, como foi também observado por Benedetti (2005) e Pelúcio (2009).

Portanto, é possível observar que as travestis, apesar de conviverem com formas de poder às quais são subordinadas, são também elas, por vezes, as que exercem o poder, seja

sobre o território ou outras situações de sua vida. Forma-se assim um território que é, nas palavras de Rose (1993), paradoxal, posto que ao mesmo tempo em que essas pessoas estão às margens, encontram-se também no centro; ao mesmo tempo em que pertencem, não pertencem à sociedade que as circunda. Como coloca Ornat (2009, p. 94), fazendo referência às relações de poder para com os clientes:

Na relação com o cliente, a travesti, através do território da prostituição, representa o centro das relações de poder, pois é através de seus comportamentos corporais, roupas e adereços, que desperta o desejo do sujeito-cliente[...], já que ele a procura para viver o prazer que é proibido pela sociedade heteronormativa.

Como é possível observar, as relações de poder são fluídas, aos moldes foucaultianos (FOUCAULT, 2009), não se encontrando um sujeito em relação de subordinação absoluta. Outro fator que considerei relevante ao adentrar a campo – e que se mostrou uma dificuldade inicial grande – diz respeito a forma como esse espaço é não somente fechado a determinadas pessoas, como no caso observado de expulsão da transexual, mas é também aberto para novos atores. Entretanto, “[...] o poder constrói malhas nas superfícies do sistema territorial para delimitar campos operatórios” (RAFFESTIN, 1993, p. 149).

A complexidade das aberturas dadas a outros atores inicia-se com a relação entre as travestis, entre essas e seus “agenciadores”, clientes, policiais, órgãos governamentais ou mesmo comigo, como pesquisadora. Apesar das muitas dificuldades encontradas no campo, as travestis com quem pude conversar mostraram-se simpáticas e dispostas ao diálogo até junho de 2018, quando esse acesso foi dificultado. No momento inicial, tive que lidar com uma questão que me chamou a atenção: a alta rotatividade de profissionais. Quando consegui estabelecer um diálogo com Sabrina, ela foi trabalhar em Porto Alegre. Felícia, com quem tive um contato inicial fora do território de prostituição – o que fez com que pudéssemos ter um diálogo prévio –, passou grande parte do tempo de minha pesquisa trabalhando em Pelotas. Essa situação repetiu-se diversas vezes durante a pesquisa.

Como afirmou Ornat (2009, p. 95) “Os territórios da prostituição travesti intra-urbano, no Brasil meridional, ligam-se com outras escalas espaciais e/ou territoriais, a partir do fato de algumas travestis possuírem uma espacialidade que vai além de um território: são, portanto, plurilocalizadas territorialmente”. Esses deslocamentos se dão ou voluntariamente – pela busca de melhores mercados – em migrações inspiradas por informações de outras travestis – ou pela influência do agenciador ou agenciadora. Isso faz pensar na “configuração de territórios flexíveis, constituídos pela relação entre território e rede” (ORNAT, 2009, p. 96).

Assim, existem redes influenciando as decisões das travestis sobre sua localização no espaço, sendo que “Toda rede é uma imagem do poder ou, mais exatamente, do poder do ou dos atores dominantes” (RAFFESTIN, 1993, p. 157). Mais do que isso, “Toda rede revela, da mesma forma que as tessituras e a implantação dos pontos, um certo domínio do espaço, um domínio do quadro espaço-temporal, na realidade” (RAFFESTIN, 1993, p. 158). As relações que se dão no território formam um sistema de

[...] malhas, nós e redes que se imprimem no espaço que constituem, de algum modo, o território. Não somente se realiza uma diferenciação funcional, mas ainda uma diferenciação comandada pelo princípio hierárquico, que contribui para ordenar o território segundo a importância dada pelos indivíduos/grupos às suas diversas ações (RAFFESTIN, 1993, p. 150-151).

A forma como essas travestis se organizam supõe que “a rede de circulação que é ‘o resultado da manifestação das coações ao mesmo tempo técnicas e econômicas’<sup>24</sup>. Na prática outras coações intervêm, tais como as decorrentes do domínio político e social” (RAFFESTIN, 1993, p. 205). Os territórios são marcados por relações de cafetinagem, de competição por clientes (VASCONCELOS, CAL, MOKARZEL, 2016), de violência ou tolerância por parte dos moradores e transeuntes e tensas convivências com a força policial. Nesse sentido, o espaço é importante porque “é elemento componente da ordem social e funciona tanto como reprodutor das normas, como possibilidade de transgressão, já que as pessoas vivem por meio do desenvolvimento de espacialidades” (CABRAL; ORNAT; SILVA, 2013, p. 119). Como esse espaço não é simplesmente um recorte geográfico, considero importante compreender que “território intra-urbano é um elemento fundamental da identidade travesti, o que possibilitou a ultrapassagem do tratamento do território enquanto um mero receptáculo das práticas sociais” (ORNAT, 2009, p. 89).

Entretanto, como marquei, não há, necessariamente, uma territorialidade única. Elas transitam entre cidades e entre territórios – como o caso de Linda, que trabalha também “na faixa” quando necessário. “A territorialidade aparece então como constituída de relações mediatizadas, simétricas ou dissimétricas com a exterioridade” (RAFFESTIN, 1993, p. 161). Portanto, os territórios se apresentam como espaços controlados, seja pelas travestis ou pelos seus agenciadores ou agenciadoras, ao mesmo tempo em que está aberto para relações com a exterioridade.

Buscando apresentar um pouco mais sobre a realidade em que se constrói esse território, no próximo capítulo busco apresentar algumas características da cidade, enquanto objeto de

---

<sup>24</sup> CHESNAIS, Michel. **Le renouveau du chemin de fer**. Paris: Economica, 1979, p. 187.

estudo sobre diversas perspectivas teóricas. Em especial, trago alguns dados que buscam compreender porque a cidade de Santa Cruz do Sul mostra-se atraente para a força de trabalho das travestis. Busco então trazer o conceito de Direito à Cidade para uma discussão que intenta mostrar como a cidade é percebida de diferentes formas por diferentes atores sociais.



## 4 ESPAÇOS INTERDITOS, PERFORMATIVIDADE E PRECARIEDADE

No último capítulo desse estudo busco trazer, primeiro o conceito de espaços interditos, desenvolvido sobretudo a partir dos estudos de Joseli Silva (2008) e Marcio Ornat (2012). Esse conceito se relaciona profundamente com o de território, discutido anteriormente, posto que “O território da prostituição travesti está ao mesmo tempo ‘fora’ da cidade e ‘compõe’ a cidade [...] um território que mesmo existindo materialmente a partir das práticas cotidianas, é interdito” (ORNAT, 2009, p. 92). Portanto, esse subtítulo pretende investigar como os espaços e tempos que não são frequentados pelas travestis se relacionam com a forma como se formam os territórios e se dão as relações com a cidade.

A seguir, trago os conceitos de performatividade e de precariedade, presente nos estudos de Judith Butler (2003; 2009a; 2009b; 2015). Ao introduzir esses conceitos, busco compreender como a forma pela qual as travestis constroem seu corpo e seu gênero se relaciona com a vulnerabilidade que perpassa seus cotidianos. A construção do gênero e do corpo é vista como um ato político em que são negociadas diversas formas de poder (FOUCAULT, 2009).

### 4.1 Espaços interditos e territórios de prostituição travesti

O território de prostituição que investiguei no ano de 2018 pode ser analisado a partir da colocação acima, de Ornat (2009). No centro da urbe, o território, ao mesmo tempo, está fora da cidade. As travestis que o constituem são também parte da vida urbana e não o são. A partir dos estudos de Silva (2008), Ornat (2012) e Silva e Ornat (2010), das experiências vividas junto às travestis e das informações obtidas em campo, proponho pensar os caminhos que as travestis não percorrem, a vida que não vivem (CERTEAU, 2005).

Parece-me importante afirmar primeiramente que as travestis, assim como grande parte da população urbana, vivem seus cotidianos em um determinado tempo e em determinados espaços. As vivências que as pessoas têm na cidade varia conforme diversos fatores – classe, etnia, gênero – e criam formas diferentes de segregação. O território, como mostrei anteriormente, é um elemento da ação de diversos poderes. O de prostituição travesti mostra tanto o poder dessas sobre esse espaço quanto seu confinamento a esse espaço. Como propõe Ornat (2009, p. 95) “o espaço segregado a que estão submetidas é, contraditoriamente, um elemento ativo na composição do poder das travestis”. Por isso, pode ser classificado como um território paradoxal (ORNAT; SILVA, 2014).

O que proponho, nesse momento, é pensar de que forma algumas espacialidades e temporalidades não são vividas pelas travestis, seja pelo constrangimento que sentem quando frequentam esses espaços ou pelo medo do preconceito e da violência. Como propôs Silva (2008), a escola se apresenta como um desses espaços. Nas narrativas recolhidas pela autora é possível verificar que as travestis – quer se identifiquem ou não assim durante o período escolar – sofrem profundamente nesse espaço que deveria ser de acolhimento e aprendizado. No entanto, o que se verifica é que “para as travestis a escola é local de sofrimento, de violência e ataque cotidiano à sua auto-estima, abortando suas possibilidades de conquistas materiais e sociais futuras” (SILVA, 2008, p. 03).

É um espaço de constantes ataques ao corpo e à mente para essas jovens que não se identificam com o padrão heteronormativo. Esse ataque aparece, em muitas narrativas, vinculado ao desejo de colegas ou professores sobre esses corpos desviantes. Portanto, está relacionado também às ações e omissões de professores ou outras pessoas com autoridade (SILVA, 2008). Assim,

A escola aparece como uma instituição que silencia a dor sofrida e legitima as normas e valores hegemônicos da sociedade heteronormativa, assim como a agressão aos seres que não se enquadram na ordem de gênero instituída. Os gestos e ações cotidianas expressam a mensagem de que o espaço educacional não os acolhe e isso impregna em sua auto-estima e acaba por produzir uma auto-imagem de ser anormal. (SILVA, 2008, p. 11).

Nesse espaço, a maior dificuldade encontrada pelas travestis encontra-se no uso do banheiro. Essa experiência pode ser determinante no futuro dessas pessoas, como pode ser identificado na fala de uma travesti entrevistada por Joseli Silva (2008, p. 12) “eu acho que eu estou na prostituição por causa da escola. Se eu não sofresse tanto na escola eu teria estudado mais, seria mais culta e vou te contar. Meu verdadeiro sonho mesmo era ser auxiliar de enfermagem na África assim, ajudar as pessoas”. Entretanto, não é somente a escola que, desde cedo, torna-se um espaço interdito (SILVA, 2008). Ao demonstrar diferentes interesses sociais e sexuais, muitas delas são expulsas de casa ou vivem ali difíceis experiências. O relato recolhido por Silva e Ornat (2010) fala dessa relação, no caso com a figura paterna.

Ele chegou bêbado em casa e falou para mim assim, que se eu era travesti, que se eu era bicha, ele não aceitava viado na família. E daí ele falou que se eu gostava disso, então tá a minha rola para você chupar, tirando o pênis para fora. Daí eu falei: não pai, eu não quero. Então vou levar você pra ganhar dinheiro com os meus amigos. Daí eu falei: não pai, imagina. Eu tinha onze para doze anos. [...]Disse: pode ir embora. Daí eu comecei a sair de casa chorando, eu tinha onze anos. Daí eu comecei a olhar para trás. Daí ele falou

assim: não olhe para trás que eu te arrebento na porrada! (Entrevista realizada com Eirene em 03.04.2007, citada por SILVA; ORNAT, 2010, p. 58).

Relatos parecidos aparecem também nas narrativas de Benedetti (2005). Em geral, isso faz com que as travestis, afastadas do seu núcleo familiar, procurem abrigo nas ruas, onde por vezes vivem a sua primeira identificação como travesti. Isso muitas vezes leva ao primeiro contato com os territórios de prostituição. Como coloca esse autor, o “espaço da prostituição é um dos principais lugares sociais de construção e aprendizado do feminino entre as travestis” (BENEDETTI, 2005, p. 114). Portanto, a casa e a família que, teoricamente, também deveriam ser um espaço de compreensão e acolhimento, tornam-se um espaço interdito, muitas vezes desde muito cedo, como visto na narrativa acima.

Em minha vivência junto ao grupo de travestis aqui em Santa Cruz do Sul, apenas uma afirmou-me que ainda vive com a mãe. Felícia me afirmou, no dia 28 de maio de 2018, que vive com a mãe porque essa é “velha e doente e não pode se cuidar sozinha”. Quando perguntei sobre a aceitação da mãe quanto ao fato de ela ser travesti, ela declarou: “Ela não tem muita escolha. Se não fosse pelo dinheiro que eu faço aqui ela estaria morta de fome”. Portanto, mesmo permanecendo junto à mãe, essa relação não é de aceitação quanto ao seu gênero.

O acolhimento no território de prostituição, pela sua vez, segundo Benedetti (2005), acontece pelo amadrinhamento – ocasião em que uma travesti mais velha se responsabiliza por ensinar para essa jovem as regras da vida noturna e, principalmente, as formas de construção de um corpo feminino. Esse é um espaço em que, apesar das hierarquias e regras, começa a se construir a experiência travesti. Entretanto, não é por isso que o mundo se abre agora à aceitação dessas atrizes sociais. Com a prostituição, surgem novas dificuldades de aceitação na cidade.

Durante minhas investigações, por sugestão de Samantha, fiz contato com Leandra, uma travesti que trabalha como cabeleireira. Apesar de não ser uma interlocutora-foco da minha pesquisa, as conversas que tive com ela foram muito importantes para compreender as múltiplas facetas e espacialidades desse universo. Leandra é a cabeleireira oficial das travestis que se prostituem na cidade e, muitas vezes, auxilia as menos experientes a aprenderem a se maquiar, a cuidar das unhas; é, portanto, uma figura central na vida delas. Leandra é ainda quem fornece produtos diversos para as travestis. Isso porque, como pode-se observar na fala abaixo, coletada por Silva (2008, p. 09):

[...] Minha vida é dentro de casa, numa concha, eu só saio de noite. Eu só saia de dia quando precisei de ajuda quando estava com depressão. Eu não saio, não tenho vida social. Acho que tudo que eu tinha que sofrer eu já sofri. Agora me protejo, não saio de dia. Me sinto aceita na noite, na prostituição. Na rua, na prostituição não é legal, mas é o único lugar que eu posso ter minha

identidade feminina. Lá por algumas horas eu consigo ser tratada como mulher, pelo menos por algumas horas. (Linda)<sup>25</sup>

Portanto, a realidade de preconceito e violência fazem com que a cidade não seja vivida pelas travestis de forma plena. Durante o dia, elas evitam lugares públicos e, portanto, têm dificuldades em comprarem roupas, maquiagem, acessórios. Por acaso, ao elogiar o casaco que usava Linda, ela me informou que foi a Leandra que comprou pra ela. Porque essa, mesmo sendo travesti, é reconhecida como cabeleireira e, portanto, não associada à prostituição, possuindo uma capacidade maior de circulação na cidade. Portanto, não é somente a performatividade de gênero das travestis que influencia na forma como elas vivenciam ou não a cidade, mas também o status adquirido dentro de uma sociedade – seja como cabeleireira ou prostituta.

Felícia, que é travesti e prostituta, também vive a cidade de outra maneira. Talvez por não ser agenciada e por permanecer a maior parte do tempo em Santa Cruz do Sul, ela “se permite” uma circulação maior na cidade, ainda que restrita. Eu a conheci em uma festa que acontece eventualmente para o público LGBTQ+, a *Aurora*. Entretanto, ela foi a única das minhas interlocutoras de pesquisa – à exceção de Leandra que, como mencionei, não se prostitui – que encontrei fora do território de prostituição. Mesmo durante a noite, Felícia circula mais, saindo do espaço “autorizado”, muitas vezes para buscar para si ou para as colegas cigarros, camisinha ou cerveja.

Ainda assim, a sua circulação é restrita. Afirmou-me em certa ocasião (no dia 28 de maio de 2018) que durante o dia ela vai no supermercado ou leva a mãe no médico, “não muito mais do que isso”. Devido à sua estrutura familiar – vivendo sozinha com a mãe doente – essas circulações não aparecem como um prazer de usufruir da cidade, mas uma necessidade de sobreviver nela. As demais travestis com quem conversei moram juntas em um apartamento (cuja localização nunca me foi confiada), sob a “tutela” de uma cafetina, que realiza as tarefas em que há necessidade de frequentar espaços públicos durante o dia.

Como busquei mostrar, muitos espaços e tempos são interditos às travestis na cidade. Assim, o território de prostituição e a noite se mostram como o espaço e o tempo que lhes são possíveis, onde elas podem ser elas mesmas (BENEDETTI, 2005). Como coloca Ornat (2009), as travestis não estão nem fora, nem dentro da cidade; “É esta tensão entre centro e margem de relações de poder que pode desestabilizar as relações de poder entre os pares das relações. O

---

<sup>25</sup> Coincidentemente, a interlocutora de pesquisa de Silva (2008) também foi denominada “Linda” pela autora. Ressalto que tratam-se de pessoas diferentes, as investigadas por mim e pela autora.

território da prostituição travesti está posicionado entre o prisioneiro e o exilado, entre *insider* e o *outsider*, tanto na afirmação como na negação” (ORNAT, 2009, p. 95). Assim,

As vivências espaciais do ser travesti são marcadas pelo abandono, pela posição de inferioridade na hierarquia da diferença sexual e pela exclusão socioespacial. Paradoxalmente, são estes mesmos elementos que, compartilhados, acionam as fronteiras e fortalecem a formação de territórios. (SILVA; ORNAT, 2010, p. 53).

Nesse sentido, a espacialidade travesti é restrita, em muitos fatores, sendo vivida com liberdade somente em seu local de residência – muitas vezes, nem mesmo aí – ou no espaço de prostituição, um local frequentemente marcado pela exploração e pela violência. Isso me parece importante porque a sua não presença, a sua não visibilidade fala muito da forma como elas vivem e constroem os espaços urbanos, como fazem e não fazem parte da cidade. Para Silva e Ornat (2010, p. 83)

[...] a cidade é experienciada de diferentes formas por diversos grupos sociais que produzem o espaço urbano de forma a tensionar a hegemonia da heterossexualidade compulsória. As identidades das travestis são instituídas por suas espacialidades, assim como o espaço é instituído por suas identidades. Nesse sentido, o espaço urbano é paradoxal, plurilocalizado e multidimensional, possibilitando tanto a hegemonia heteronormativa como a resistência aos poderes pretensamente naturalizados da ordem de gênero.

Certeau (2005) fala do ato de caminhar na cidade como escrever nela um texto, colocar ali a sua marca no espaço. Em suas palavras, “O ato de caminhar está para o sistema urbano como a enunciação (o *speech act*) está para a língua ou para os enunciados proferidos” (CERTEAU, 2005, p. 177). Ele é uma “*apropriação* do sistema topográfico pelo pedestre [...]; é uma *realização* espacial do lugar [...]; enfim, implica relações entre posições diferenciadas, ou seja, ‘contratos’ pragmáticos sobre a forma de movimentos” (CERTEAU, 2005, p. 117).

O não caminhar das travestis na cidade, a sua não presença em espaços públicos durante o dia fala do duplo silenciamento pelo qual passam – enquanto travestis e, como demonstrei, também enquanto prostitutas. Assim, a “caminhada afirma, lança, suspeita, arrisca, transgride, respeita etc., as trajetórias de que ‘fala’” (CERTEAU, 2005, p. 179). De que fala o silêncio, a ausência de caminhada, a invisibilidade – ou invisibilização das travestis no espaço público da cidade? Busco responder essa pergunta no próximo subtítulo, quando exploro as relações entre o conceito de performatividade de gênero (BUTLER, 2003) e de precariedade (BUTLER, 2002, 2009a; 2009b).

## 4.2 Performatividade e precariedade

Já no prefácio de *Cuerpos que importan*<sup>26</sup>, Butler (2002) alerta para a dificuldade de falar sobre a materialidade dos corpos e sobre a questão de gênero. Entretanto, para pensar a forma como o espaço urbano se constrói – tema que perpassa, de uma forma ou de outra, esse trabalho – considero importante trazer à tona essas questões. Isso porque a cidade e, em especial, os territórios de prostituição são perpassados por relações de poder (RAFFESTIN, 1993; FOUCAULT, 2009) diferenciadas e semelhantes a outras relações que se dão na urbe. É a performatividade de gênero das travestis que as coloca em uma situação em que se tornam vítimas de preconceito, exclusão e violência.

Cabe primeiro, então, conceituar o que é gênero e de que forma esse se expressa no corpo travesti. Considero que o discurso reinventado e reproduzido no cotidiano dá valor político tanto ao sexo quanto ao gênero (FOUCAULT, 2009), tornando possível pensar que “ser sexuado é estar submetido a um conjunto de regulações sociais” (BUTLER, 2003, p. 143). Essas regulações são vistas aqui como reproduções de poderes que se cristalizaram como discursos socialmente aceitos.

Entretanto, mesmo dentro de uma estrutura reguladora, existe sempre a possibilidade de subversão. As reproduções das normas de gênero são sempre uma “negociação com as formas de poder que condicionam que vidas serão mais vivíveis, quais serão menos, se não completamente impossíveis” (BUTLER, 2009a, p. 11 – Tradução minha)<sup>27</sup>. Ou seja, existem regulações, mas também subversões e resistências, cuja existência pode trazer consigo diversas formas de punição ou exclusão.

O gênero, assim interpretado, seria “a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser” (BUTLER, 2003, p. 59). Questionar essa naturalidade não é um processo sem consequências ou conflitos. Entretanto, é preciso frisar, existem construções, transformações e subversões que perpassam os binômios masculino/feminino; homem/mulher; homossexual/heterossexual. É em um sistema relacional que é possível captar a forma como os poderes interferem nesse processo (RAFFESTIN, 1993; FOUCAULT, 2009). Como coloca Benedetti (2005, p. 132):

---

<sup>26</sup> No original *Bodies that matter*. Traduzido para o português como *Corpos que pesam*.

<sup>27</sup> No original: “negotiation with forms of power that condition whose lives will be more liveable, and whose lives will be less so, if not fully un-liveable” (BUTLER, 2009a, p. 11).

As travestis demonstram, por meio dessas práticas e relações, como a masculinidade e a feminilidade constituem processos e signos, e não características naturais determinadas pelos corpos de homem e de mulher. Os corpos, que estão presentes em todos os momentos dos seus processos de transformação, também se reinventam, se fabricam, se desenham e experimentam as sensações, as práticas e os valores do gênero.

As performatividades de gênero são construções de um discurso que perpassa e cria, não sem resistências, as relações no território e na cidade. No caso específico das travestis – em que é possível ver claramente uma quebra dessa linearidade entre sexo, gênero, sexualidade e desejo – o preconceito e a exclusão social ajudam a estabelecer os espaços urbanos que podem por elas serem ocupados. Sua performatividade de gênero é incondizente com as marcas do sexo construídas sobre o corpo. Partindo da ideia de que tanto o sexo quanto o gênero são construídos pelo discurso,

[...] não haveria atos de gênero verdadeiros ou falsos, reais ou distorcidos, e a postulação de uma identidade de gênero verdadeira se revelaria uma ficção reguladora [...] Os gêneros não podem ser verdadeiros nem falsos, reais nem aparentes, originais nem derivados. Como portadores críveis destes atributos, contudo, eles podem se tornar completa e radicalmente incríveis. (BUTLER, 2003, p. 201).

Essa construção, no caso das travestis, passa por um processo de transformação corporal e comportamental – uma vez que foram criadas para serem homens e precisam aprender a serem femininas. Essa feminilidade, como bem afirma Benedetti (2005), é marcada por um imaginário estruturalista sobre a forma como deve ou não agir uma mulher. Entretanto, é perpassada por muitas contradições que colocam em xeque o que é ser feminino/masculino, homem/mulher.

As travestis não desejam *ser* como mulheres. Seu objetivo, antes de tudo, é se *sentirem* como mulheres, se *sentirem* femininas. Vivem a experiência do gênero como um jogo artificial e passível de recriação. Por isso, criam um feminino particular, com valores ambíguos. Um feminino que se constrói e se define em relação ao masculino. Um feminino que é por vezes masculino. Vivem, enfim, um gênero ambíguo, borrado, sem limites e separações rígidas. Um jogo bastante contextual e performático, mas também rígido e determinado. (BENEDETTI, 2005, p. 132).

Coloca Butler que “Como modo de relação, nem o gênero, nem a sexualidade são precisamente algo que possuímos, sendo antes um modo de desposse, um modo de ser *para* o outro ou *por causa* do outro (BUTLER, 2009b, p. 50 – tradução minha)<sup>28</sup>. Como certa vez me narrou Bruna (em 07 de maio de 2018), “A gente tá em eterna construção”. Nessa situação, eu

---

<sup>28</sup> No original: “Como modo de relación, ni el género ni la sexualidad son precisamente algo que poseemos, sino más bien un modo de desposesión, un modo de ser para otro o a causa del otro” (BUTLER, 2009, p. 50).

conversava com ela sobre o fato de ela ter o corpo pouco transformado, possuindo seios pequenos e quadris pouco avantajados. Justificou-se afirmando que começou a tomar hormônios mais tarde, porque não tinha dinheiro para obtê-los quando adolescente. Quando mencionei o silicone, declarou não ter dinheiro para fazer isso “em um médico decente” e ter medo de fazer, como diversas outras, através de uma *bombadeira*<sup>29</sup> (termo também utilizado por Benedetti, 2005).

Tal ocasião me fez pensar sobre a forma como essas intervenções são difíceis para uma jovem que tenha interesse em fazê-las, especialmente quando ela não tem o “apoio” de – sempre bem compensado para – um agenciador ou agenciadora. Suspeito ser esse o caso – até porque Bruna se prostitui em um espaço próximo, mas não na mesma esquina que as outras travestis com quem interagi mais ativamente. A seguir, afirmou: “Mas tem pra todos os gostos, tem cliente que gosta mais de mim porque sou assim, pequenininha”.

Isso mostra as diversas possibilidades intermediárias na construção de uma feminilidade e o fato de que também a clientela tem “gostos variados”, por assim dizer. De fato, a subversão das dicotomias construídas entre homem/mulher, feminino/masculino abrem as portas para pensar o corpo e o gênero sob muitas combinações, múltiplas facetas. Entretanto, essa quebra não surge sem consequências tanto na forma como a vida pode ou não ser vivida quanto na forma como a cidade é ou não vivida. Como afirmam Cabral, Ornat e Silva (2013, p. 119) “Aqueles que ousam subverter esta ordem binária dos sexos e gêneros são punidos de diversas formas, desde a marginalização, até mesmo a violência simbólica e física”. Por outro lado,

É a não adequação, aos olhos do senso comum, entre os significados dos seus corpos e os de suas práticas sociais e sexuais, que confere às travestis um poder especial, ambíguo, uma aura subversiva e perigosa, mas ao mesmo tempo sedutora e libertária. Elas questionam e reinventam os próprios modos de fabricação dos sujeitos, trazendo para si o poder de conformar suas curvas, seus desejos, suas práticas e significados de gênero. (BENEDETTI, 2005, p. 132).

Mas, todos aqueles que de alguma forma não se encaixam nessa linearidade construída estariam mais expostos ao risco de assédio e violência, justamente por sua performatividade de gênero (BUTLER, 2009a). No processo de subversão e resistência às determinações do discurso heteronormativo, as travestis são exemplo de como a precariedade está interligada à performatividade de gênero. Isso porque a forma como essas atrizes se expressam socialmente

---

<sup>29</sup> Termo utilizado para denominar as pessoas – geralmente outras travestis – que, de forma ilegal e sem aprofundados conhecimentos médicos, trabalham na alteração de características do corpo, especialmente no implante de próteses de silicone. Em minha experiência em campo, pude notar que essa prática ainda acontece, mas é mais rara do que na década de 1990, quando Benedetti (2005) fez suas observações em campo.



faz com que elas sejam marginalizadas dos sistemas educacionais, do mercado de trabalho formal e de muitas das políticas públicas.

A precariedade, como coloca Butler (2015) está presente em todos e todas nós. Consiste na consciência de que direta ou indiretamente nossas vidas perpassam as relações sociais – logo, relações de poder (FOUCAULT, 2009; RAFFESTIN, 1993) – ou seja, a vida é frágil e depende das pessoas que nos circundam. Assim, “Embora seja uma condição generalizada, a vida precária é, paradoxalmente, a condição de estar condicionado. Em outras palavras, podemos afirmar que toda vida é precária, o que equivale a dizer que a vida sempre surge e é sustentada dentro de determinadas condições de vida” (BUTLER, 2015, p. 43). Entretanto, como afirmei anteriormente, há uma diferenciada distribuição dessas condições não acontece em situação de igualdade, sendo,

[...] a um só tempo, uma questão material e perceptual, visto que aqueles [sic] cujas vidas não são ‘consideradas’ potencialmente lamentáveis e, por conseguinte, valiosas, são obrigados a suportar a carga da fome, do subemprego, da privação de direitos legais e da exposição diferenciada à violência e à morte. (BUTLER, 2015, p. 45-46).

Butler (2009b; 2015) relaciona a questão da precariedade à fragilidade da vida, considerando o que faz com que certas mortes sejam enlutáveis, enquanto outras passam despercebidas, como se nunca tivessem sido vividas. É por isso que a forma como a cidade é construída pela presença ou ausência das travestis precisa ser pensada a partir da premissa de que há “formas de distribuição da vulnerabilidade, formas diferentes de repartição que fazem com que algumas populações estejam mais expostas do que outras a uma violência arbitrária” (BUTLER, 2009b, p. 14 – tradução minha)<sup>30</sup>. Assim, considero importante perceber “quais são os mecanismos de distribuição, de perceber quem é o outro que é vítima de fronteiras permeáveis, violência inesperada, desposse e medo, e de que maneira” (BUTLER, 2009b, p. 14 – tradução minha)<sup>31</sup>. Isso faz com que essa vida “não valha”, porque “não é preservada por nenhuma consideração, por nenhum testemunho” (BUTLER, 2015, p. 33). Nesse contexto, a performatividade de gênero das travestis

[...] tem tudo a ver com ‘quem’ pode se tornar um sujeito reconhecível, um sujeito que está vivendo, cuja vida vale a pena proteger e cuja vida, quando perdida, é digna de luto. Vidas precárias são caracterizadas como aquelas que não se qualificam como reconhecíveis, legíveis, ou enlutáveis. Nesse sentido,

<sup>30</sup> No original: “Hay formas de distribución de la vulnerabilidad, formas diferenciadas de reparto que hacen que algunas poblaciones estén más expuestas que otras a una violencia arbitraria” (BUTLER, 2009b, p. 14).

<sup>31</sup> No original: “darse cuenta de cuáles son sus mecanismos de distribución, de enterarse de quién otro es víctima de fronteras permeables, violencia inesperada, desposesión y miedo, y de qué manera” (BUTLER, 2009b, p. 14)

precariedade é a rubrica que une as mulheres, os *queers*, os transgêneros, os pobres e os apátridas” (BUTLER, 2009a, p. 12-13 – Tradução minha)<sup>32</sup>.

Essa condição, compartilhada por todos, é exacerbada em algumas situações, colocando determinados grupos ou populações em maior risco. Como foi percebido por Cabral, Ornat e Silva (2013), as travestis, por construírem sobre o corpo marcas que evidentemente contestam a linearidade entre sexo, gênero, sexualidade e desejo, destacam-se entre as vítimas de LGBTQ+fobia. “Infere-se daí, então, que certos tipos de corpo parecerão mais precariamente que outros, dependendo de que versões do corpo, ou da morfologia em geral, apoiam ou endossam a ideia da vida humana digna de proteção, amparo, subsistência” (BUTLER, 2015, p. 85)

Assim, por não se encaixarem nas regras do discurso, tornam-se incompreensíveis dentro da lógica heteronormativa ou, segundo as palavras de Butler (2009b), tornam-se “não sujeitos” ou “sujeitos abjetos”. No caso das travestis, a performatividade permite compreender que o discurso hegemônico “está aberto a cisões, sujeito a paródias de si mesmo, a autocríticas, e àquelas exibições hiperbólicas do ‘natural’ que, em seu exagero, revelam seu *status* fundamentalmente fantasístico” (BUTLER, 2003, p. 211). A distância entre o trunfo real e o imaginário são demasiado grandes, para usar os termos de Raffestin (1993).

A reprodução do discurso coloca sempre o risco de desfazer ou refazer as normas que ditam a sexualidade e o gênero de maneiras inesperadas, criando a possibilidade de desconstruir e reconstruir sua realidade. No caso das travestis, a reprodução funciona como “imitações que deslocam efetivamente o significado do original, imitam o próprio mito da originalidade” (BUTLER, 2003, p. 197), ou seja, na construção de um feminino mais feminino do que a feminilidade que lhe daria origem, mostram que essa originalidade mesma não passa de uma construção.

Mas ainda que o corpo, considerado social tanto em sua superfície quanto em sua profundidade, seja a condição de sobrevivência, põe em perigo nossa vida e nossa capacidade de sobrevivência [...]. Poderíamos então perguntar qual fator, se é que ele existe, explica a sobrevivência daqueles [sic] cuja vulnerabilidade física foi explorada dessa maneira. (BUTLER, 2015, p. 87).

Certamente cabe perguntar que tipo de força faz com que as travestis persistam em sua resistência – posto que sua existência é persistente resistência, afinal, “essas vidas tem uma

---

<sup>32</sup> No original: “*Performativity has everything to do with ‘who’ can become produced as a recognizable subject, a subject who is living, whose life is worth sheltering and whose life, when lost, will be worthy of mourning. Precarious life characterizes such lives who do not qualify as recognizable, readable, or grievable. And in this way, precarity is rubric that brings together women, queers, transgender people, the poor, and the stateless*” (BUTLER, 2009a, p. 12-13).

estranha maneira de se manterem animadas, e por isso devem ser eventualmente negadas. São vidas para as quais não cabe nenhum luto porque já estavam perdidas [...] e devem ser eliminadas no momento em que parecem viver obstinadamente” (BUTLER, 2009b, p. 50 – tradução minha<sup>33</sup>). Ao fazerem essa imitação que contesta a ideia de originalidade, as travestis sofrem represálias que podem vir do afrontamento físico ou da forma como agem sobre si mesmas, fazendo com que não se considerem dignas de ocuparem certos espaços ou empreenderem certas lutas. A interdição da cidade e o preconceito fazem com que se produza

[...] não só o efeito de um terrorismo psicológico: também produzem o que vai e o que não vai se considerar um falante viável e uma opinião razoável dentro da esfera pública. Precisamente por não querer perder o status de ser falante, não se fala o que se pensa. [...] a linha que circunscreve o que é vivível e o que é falável funciona como um instrumento de censura (BUTLER, 2009b, p. 22 – Tradução minha)<sup>34</sup>.

Portanto, “essa vulnerabilidade se exacerba sob certas condições sociais e políticas, especialmente quando a violência é uma forma de vida e os meios para a autodefesa são limitados” (BUTLER, 2009b, p. 55 – tradução minha)<sup>35</sup>. Ao considerar a cidade como um enunciado (CERTEAU, 2005), é possível inferir que essas trajetórias não percorridas pelas travestis são resultado de uma censura colocada pela sociedade e pela cidade. Assim, acabariam por construir um território próprio, em parte por não serem aceitas em outros âmbitos da vida social, nos espaços que lhes são interditos (SILVA, 2008). O espaço de prostituição travesti é, assim, um espaço de trabalho, de vivência, de realização – posto que ali elas têm a liberdade de expressarem sua identidade, mas também de violência e morte (CABRAL; ORNAT, SILVA, 2013). Como afirma Butler (2009b, p. 46 – tradução minha)<sup>36</sup>.

[...] as mulheres e as minorias, incluídas aí as minorias sexuais estão, como comunidade, sujeitas à violência, expostas à sua possibilidade ou a sua realização. Isso significa que, em parte, cada um de nós se constitui politicamente em virtude da vulnerabilidade social de nossos corpos – como

<sup>33</sup> No original: “*Pero dichas vidas tienen una extraña forma de mantenerse animadas, por lo que deben ser negadas una y otra vez. Son vidas para las que no cabe ningún duelo porque ya estaban perdidas [...] y deben ser eliminadas desde el momento en que parecen vivir obstinadamente*” (BUTLER, 2009b, p. 60)

<sup>34</sup> No original: “*producen no sólo un efecto de terrorismo psicológico: también producen lo que va y lo que no va a considerarse como un hablante viable y una opinión razonable dentro de la esfera pública. Precisamente por no querer perder el estatus de ser hablante, uno no dice lo que piensa. [...] La línea que circunscribe lo que es vivible e decible también funciona como un instrumento de censura*” (BUTLER, 2009b, p. 22).

<sup>35</sup> No original: “*Sin embargo, esta vulnerabilidad se exacerba bajo ciertas condiciones sociales y políticas, especialmente cuando la violencia es una forma de vida y los medios de autodefensa son limitados*” (BUTLER, 2009b, p. 55).

<sup>36</sup> No original: “*las mujeres y las minorías, incluidas las minorías sexuales, están, como comunidad, sujetas a la violencia, expuestas a su posibilidad o a su realización. Esto significa que en parte cada uno de nosotros se constituye políticamente en virtud de la vulnerabilidad social de nuestros cuerpos – como lugar de deseo y de vulnerabilidad física, como lugar público de afirmación y de exposición*” (BUTLER, 2009b, p. 46).

lugar de desejo e de vulnerabilidade física, como lugar público de afirmação e de exposição.

Essa colocação de Butler (2009b) lembra a já mencionada passagem de Benedetti (2005), quando esse afirma que o medo foi o que percebeu ter em comum com o universo que o circundava. Enquanto ele, como pesquisador, temia a noite, por não conhecê-la – o que se vê claramente na narrativa de Pelúcio (2007) –, elas, enquanto interlocutoras, temiam a noite por conhecê-la bem demais. A contestação da linearidade entre sexo, gênero, sexualidade e desejo das travestis vai colocar não somente o gênero como uma construção social perpassada pelo discurso, mas o próprio sexo, o qual só passa a existir quando sobre ele se coloca um discurso político (BUTLER, 2003). A própria reprodução das regras heteronormativas cria suas subversões, posto que

[...] a construção de uma identidade sexual coerente, em conformidade com o eixo disjuntivo do feminismo/masculino, está fadada ao fracasso; as rupturas dessa coerência por meio do ressurgimento inopinado do recalcado revelam não só que a “identidade” é construída, mas que a proibição que constrói a identidade é ineficaz. (BUTLER, 2003, p. 53).

Sem terem a consciência teórica disso, as travestis o fazem e desafiam a ordem estabelecida (por quem? quando? Foucault explica...), ao mesmo tempo em que reafirmam uma feminilidade baseada em estruturas fixas (BENEDETTI, 2005). Não é só o território que é paradoxal, mas todas as relações que se dão nelas, nele e com ele, ao seu redor. É um enorme nó que busco desenredar nas considerações finais, não sem criar outros no processo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em uma ocasião, em tom de brincadeira, Samantha me disse: “Eu sou mais mulher do que tu”. Lembrou-me de um momento em que, durante a escrita da monografia, uma jovem de 19 anos afirmou que “Nunca houve movimento feminista em Santa Cruz antes do nosso”. Levou-me a questionar o que é ser feminista, considerando que as mulheres que eu vinha acompanhando há meio ano, do Conselho Municipal de Direitos da Mulher, também se consideravam feministas e estavam na luta desde os anos 1980. O que é ser feminista? O que é ser mulher?

As travestis, ao mesmo tempo em que sabem que esse feminino é aprendido, compreendem esse aprendizado como um processo de encontro com o seu verdadeiro Eu; uma ‘alma’ feminina em um corpo masculino. Mas, ao contrário do discurso normalizador, não buscam deixar inteiramente o corpo masculino. Transitam entre as divisões binárias socialmente estabelecidas na sociedade ocidental e ocidentalizada, ao mesmo tempo em que são parte e ajudam a estabelecer essas mesmas regras... Afinal, é mais mulher do que eu porque se comporta de uma maneira que se identifica mais com a ideia social “normal” de ser feminina – e, portanto, mulher.

Eu, aos tropeços, consegui nesse trabalho reunir um conhecimento que é mais de dúvidas do que de descobertas. A questão inicial que geriu esses questionamentos foi a ideia de um território é determinado por certas relações de poder que ali se estabelecem... Mas isso mostrou uma relação muito mais profunda, muito mais complexa com a cidade. Parti do princípio relativamente simples de que as travestis ocupavam aquele espaço porque elas eram socialmente excluídas de outros. Então descobri que aquele não era para elas somente um espaço de exclusão, mas de conhecimento, de autorreconhecimento. Ao mesmo tempo em que é um espaço de exclusão, é de empoderamento.

É um espaço delas porque elas ali pertencem, elas ali são, mesmo com o medo da violência, mesmo com as ameaças externas e hierarquias internas – ali é onde elas podem ser. Por que não o podem em outros espaços? Porque a performatividade de gênero delas afronta o que é a linearidade aceitável – a heteronormatividade. Tampouco se encaixam no discurso médico-legal de uma alma feminina em corpo masculino, porque desejam transformar esse corpo até o ponto em que se sintam femininas, sem abrir mão da genitália masculina.

O território de prostituição travesti é, em parte, resultado dos espaços que lhes são interditos – a família, a escola – e, ao mesmo tempo, é um espaço de poder. Simultaneamente, é um espaço de morte, de violência... É onde se constrói um sujeito que é vulnerável e excluído,

ao mesmo tempo em que tem o poder. É um espaço paradoxal, que ajuda a constituir a paisagem urbana noturna e, ao mesmo tempo, não pertence à urbanidade socialmente aceita. Da mesma forma como é um espaço de pertencimento, é um pertencimento transitório, porque depende da aceitação dos clientes, das relações de cafetinagem, da aceitação por parte das travestis que já se encontram nesse espaço.

A cidade é parte desse território – e vice-versa –, como busquei demonstrar especialmente no primeiro capítulo. Os processos de gentrificação, de revitalização têm influência direta sobre espaço. A urbe transforma-se; o território não é imune a essas transformações. Não deixa, também, de ser um espaço de resistência no centro urbano de uma cidade média conservadora. A persistência delas no território fala da teimosia em sobreviver contra as expectativas do discurso hegemônico, para usar os termos de Butler (2015).

Em uma conversa, Felícia certa vez me falou: “Quando eu saio durante o dia, às vezes me sinto um E.T., mas ainda assim eu saio. Não vou deixar ninguém mandar na minha vida”. Por mais que a coragem de Felícia possa ser apreciada – o que faz questionar porque o simples ato de circular à luz do dia requer coragem –, o seu olhar mostra o medo, a dificuldade de aceitação (Registrado em diário de campo do dia 28 de maio de 2018). Ainda que suas saídas durante o dia não incitem atos de violência física – que me tenham sido narrados, ao menos –, eles causam constrangimento, uma poderosa forma de repressão social (FOUCAULT, 2009; BUTLER, 2009a, 2015).

O discurso, fortemente encrustado na sociedade, baseia-se em relações de poder que geram e são geradas a partir de determinados saberes. Ou seja, o poder e o saber são faces de uma mesma moeda. Estão presentes em todos os atores e atrizes que se envolvem nesse jogo político que é a vida social, apoiando ou se contrapondo aos discursos hegemônicos – muitas vezes ora apoiando, ora contrapondo. O poder é complexo e emana de muitas forças (FOUCAULT, 2009). A maior resistência das travestis é sua própria existência.

Essa existência traz consequências na forma como as travestis vivem e podem viver a cidade. Entra aí o conceito de precariedade (BUTLER, 2009a; 2009b; 2015) que coloca elas em maior risco de exposição, de silenciamento, de morte. As formas de distribuição dessa precariedade são profundamente desiguais. Socialmente, são consideradas não vidas, vidas que não podem ser perdidas porque nunca ‘existiram’ plenamente. Nunca são efetivamente pensadas como uma força ativa, motora da cidade. Tampouco são – ou raramente o são – pensadas como uma diversidade cultural que merece ser protegida.

Esse enquadramento leva a invisibilidade, ao mesmo tempo em que protege a vida das minhas interlocutoras de pesquisa. Porque elas desafiam e reproduzem; brigam por e

desaparecem na estrutura urbana. Às vezes parece que vivem por pura teimosia. É essa teimosia e a importância dela que busco trazer aqui. Silenciadas e silenciosas, são uma voz que ecoa no centro da cidade se afirmando ou se protegendo. É possível pensar uma cidade democrática sem elas? Eu creio que não. Para elas não é só uma questão de poderem se expressar em uma esfera pública, é uma questão de sobreviver à publicidade.

O caso de Linda que, disposta a dar-me uma entrevista, subitamente decidiu não mais fazê-lo me mostrou de que forma as diferenças – de gênero, de *status*, de estilos de vida, de opiniões políticas – podem ser superadas por duas pessoas interessadas em fazer isso. E como podem ser atingidas por relações de poder que eu desconheço – ou conheço de uma forma muito, muito diferenciada –, mas que estão vivas pra elas, as travestis. Eu nunca mais consegui falar com elas. O meu lugar como pesquisadora não é o delas.

Minha pesquisa certamente foi interpelada por um poder que eu não vivo, não consigo identificar claramente nas relações que estabeleci. Mas me é claro que quando surgiu esse impedimento, ele não se deu sobre mim. No exercício desse poder de silenciar, o poder não se impôs contra uma mulher cisgênero, mestranda, de classe média, branca. Deu-se sobre um grupo de travestis, prostitutas. Buscar silenciar-me poderia fazer com que eu tomasse o palco, subisse no palanque, adentrasse a esfera pública. A minha morte seria enlutada, seria notícia nos jornais.

Apesar de minhas sinceras intenções de ‘dar voz’, ‘dar visibilidade’ às travestis, o que ficou nítido é que a voz era a minha, eu era a autorizada a falar. É preciso conhecer essa cidade ilegal, obscurecida, para então pensá-la em suas complexas relações com a cidade-plano, para usar os termos de Maricato (2000). Uma cidade não pode planejar para a exclusão, para o silenciamento – a não ser que ela não se pretenda democrática. Não garanto que tenha conseguido conhecer o suficiente esse grupo para poder falar por ele, mas creio que meus erros podem servir para novos aprendizados.

Em minha última saída a campo, no dia 27 de fevereiro de 2019, fui às ruas com a intenção única de fotografar os espaços que são mencionados nessa dissertação. Dois amigos me acompanharam e ajudaram a fazer as imagens. Coincidentemente, encontrei então Felícia que, mesmo estando ali a trabalho, dedicou-nos bastante atenção. Em uma conversa não planejada e, talvez justamente por isso, completamente informal, consegui recuperar um importante contato, uma importante voz que eu acreditei que tivesse perdido. Fortaleci uma amizade e informações importantes que falam das complexidades desse território.

Como mencionei, trata-se de um território fechado e aberto que, ao mesmo tempo em que dá margem para a construção do feminino das travestis, possui normas próprias que devem

ser seguidas. Felícia me contou que as colegas andavam um pouco assustadas, porque “uma bichinha”<sup>37</sup> andava ali roubando celulares. Como boa parte dos contatos das travestis são feitos através do uso de redes sociais digitais, elas usam ativamente o celular durante a noite. Felícia, quando ficou sabendo do ocorrido, correu atrás desse jovem e lhe deu “um sorriso”, ou seja, cortou-lhe a boca horizontalmente.

O território tem, como mencionei, suas regras. Desafiar essas regras traz consequências físicas – mas não somente – para quem o faz. Da mesma forma, a vida fora do território traz consequências – não somente físicas – para as travestis. Ali, é uma questão de descobrimento, de empoderamento, de afirmação ou subversão do discurso. Mas, sobretudo, é uma questão de sobrevivência. Ao mesmo tempo em que as travestis se protegem, não existe entre elas um laço social fundamental – elas não são amigas. Ainda assim, têm o cuidado, tem a defesa.

Essa história que Felícia me contou no último dia fala disso. Na ocasião, ela deixou de trabalhar para tomar uma cerveja comigo e com meus amigos. Não fiz nenhuma pergunta, me coloquei aberta a ouvir. Descobri que é pisciana e que o companheiro é taurino – aparentemente é uma informação importante para entender a relação. Descobri que seu irmão não trabalhou a vida inteira e é “um inútil”, por isso, ela trabalha muito para ter dinheiro, ainda que o pai seja rico. Nesse momento, percebi que construímos um laço por estarmos ambas em busca da independência financeira.

O início dos trabalhos em campo não é fácil. Adentrar em um território em uma cidade conservadora gera desconfianças e dificuldades inesperadas, como demonstrei nesse trabalho. O território é o espaço na cidade em que elas podem ficar, em que podem ser elas mesmas. Também é um local de violência, de medo. Até certo ponto, são elas que estabelecem as regras desse território, como mostra essa narrativa de Felícia e também a história que me foi narrada pela atendente do posto de gasolina. Mas, como também percebi, não são apenas as decisões autônomas delas que determinam esses espaços.

“Às vezes a gente tem que ser homem pra se proteger”, me disse certa vez Suelen. Eu sorri e disse: “Todas nós”. Sorriu-me de volta. Diria Butler (2003, p. 201): “Os gêneros não podem ser verdadeiros nem falsos, reais nem aparentes, originais nem derivados. Como portadores críveis desses atributos, eles também podem se tornar completa e radicalmente incríveis”. Os discursos que estabelecem a heteronormatividade como regra hegemônica constituem a forma como a cidade é pensada e também como ela é vivenciada. Cada espaço

---

<sup>37</sup> Termo utilizado pela interlocutora para, de forma pejorativa, se referir a um jovem *gay* que possui alguma forma de interesse no território de prostituição travesti, seja porque busca relações sexuais com uma ou porque pode vir a tornar-se uma.



público é vivido a partir de diversas normas, poderes, dispositivos que sobre ele exercem uma construção, uma proibição e uma subversão.

## REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. 13ª ed., rev. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2017.

ARROYO, María Mónica. Dinâmica territorial, circulação e cidades médias. In: SPOSITO, Eliseu Savério; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; SOBARZO, Oscar (orgs.). **Cidades médias: produção do espaço urbano e regional**. São Paulo: Expressão popular, 2006. p. 71-85.

BASSAN, Dilani Silveira. **Desenvolvimento desigual na região do Vale do Rio Pardo**. Santa Cruz do Sul, Edunisc, 2003.

BENEDETTI, Marcos R. **Toda feita: o corpo e o gênero das travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BOTELHO, Adriano. A cidade como negócio: produção do espaço e acumulação de capital no município de São Paulo. **Cadernos metrópole**, nº 18, p. 15-38, 2º sem. 2007.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. Campinas: Unicamp 2004.

BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra – Quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2015.

\_\_\_\_\_. Performativity, precarity and sexual politics. **Revista de Antropología Iberoamericana**. Madrid: Antropólogos Iberoamericanos en Red, vol. 04, n. 03, set./dez. 2009a.

\_\_\_\_\_. **Vida precaria – el poder del duelo y la violencia**. Buenos Aires: Paidós, 2009b.

\_\_\_\_\_. **Problemas de gênero – feminismo e a subversão da identidade**. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

CABRAL, Vinícius; ORNAT, Marcio José; SILVA, Joseli Maria. Espaços de morte e representações sociais de travestis na cidade de Ponta Grossa – Paraná. **Revista latino-americana de geografia e gênero**, Ponta Grossa, v. 04, n. 01, jan./jul. 2013.

CASTELLO BRANCO, Maria Luisa. Cidades médias no Brasil. In: SPOSITO, Eliseu Savério; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; SOBARZO, Oscar (orgs.). **Cidades médias: produção do espaço urbano e regional**. São Paulo: Expressão popular, 2006. p. 245-277.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. [vol. 1 – artes de fazer].

CORRÊA, R. L. Construindo o conceito de cidade média. In: SPOSITO, M E B. **Cidades médias: espaços em transição**. Expressão Popular: São Paulo, 2007. p. 23-34.

DORNELLES, Mizael. Dinâmicas territoriais na região de Santa Cruz do Sul – RS. In: **Anais do VII Seminário Internacional de Desenvolvimento Regional. Globalização em tempos de regionalização – Repercussões no território.** Santa Cruz do Sul – RS, Brasil, 09 a 11 de setembro de 2015.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 2010.

\_\_\_\_\_. **A história da sexualidade** – a vontade de saber. 19ª ed. Trad. Maria T. C. Albuquerque e J. A. Guilhaon Albuquerque. São Paulo: Graal, 2009.

\_\_\_\_\_. **A Arqueologia do saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

\_\_\_\_\_. **Estratégia, poder-saber.** Org. de Manuel Barros da Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

\_\_\_\_\_. **A Arqueologia do saber.** Rio de Janeiro: Forense, 1986.

FRANÇA, I. S. de. **A cidade média e suas centralidades: O exemplo de Montes Claros no norte de Minas Gerais.** 2007. 240f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

FRÖLICH, Débora Pohl. **Loteamentos e condomínios fechados na cidade média de Santa Cruz do Sul-RS: uma análise sobre a constituição das áreas verdes.** 120 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul, 2015. Disponível em: <https://repositorio.unisc.br/jspui/bitstream/11624/797/1/CamilaFrohlich.pdf>. Acesso em: 08 fev. 2019.

GAGLIOTI, Patricia Stahl; MÁXIMO, Maria Elisa. “Só é p(...) quem quer”: narrativas etnográficas sobre gênero e prostituição na rua Itajaí (Joinville – SC). In: **Anais do XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul – Joinville - SC – 04 a 06/06/2015.** Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/sul2015/resumos/R45-1140-1.pdf>. Acesso em: 06 fev. 2019.

GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço urbano.** São Paulo: Edusp, 1997.

HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, ano IX, nº 17, 2007.11111

\_\_\_\_\_. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu.** Campinas, SP, n. 05, 1995.

HOFF, Tuize Rovere. **A cidade e a mulher: segregação urbana feminina em Santa Cruz do Sul/RS.** 146 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul. 2018.

KUMMER, Débora Cristiele; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. Rede urbana do Vale do Rio Pardo. O desenvolvimento e a influência das cidades. **Revista Jovens Pesquisadores,**

vol. 07, n. 02, jul./dez. 2017. Disponível em:

<https://online.unisc.br/seer/index.php/jovenspesquisadores/article/view/9316/6946>. Acesso em: 10 fev. 2019.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

\_\_\_\_\_. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

\_\_\_\_\_. Space: social product and use value. In: FREIBERG, J. (ed.). **Critical sociology: European perspective**. New York: Irvington publishers, 1979.

MACHADO, Roberto. Introdução. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2010.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar foda das ideias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 121-192.

ORNAT, Marcio Jose. Espaços interditos e a constituição das identidades travestis através da prostituição no sul do Brasil. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero, Ponta Grossa**, v. 3, n. 1, p. 54-73, jan./jul. 2012

\_\_\_\_\_. Entre territórios e redes geográficas: considerações sobre a prostituição travesti no Brasil meridional. **Terr@ plural**, Ponta Grossa, v. 03, n. 01, p. 89-101, jan./jul. 2009.

\_\_\_\_\_. Sobre Espaço e Gênero, Sexualidade e Geografia Feminista. **Terr@ Plural**. vol. 02, n. 02, p. 309-322, ago./dez. 2008.

\_\_\_\_\_; SILVA, J. M. Território descontínuo paradoxal, movimento LGBT, prostituição e cafetinagem no sul do Brasil. **GEOUSP – Espaço e Tempo** (Online), São Paulo, v. 18, n. 1, p. 113-128, 2014.

PELÚCIO, Larissa. **Abjeção e desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de Aids**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2009.

\_\_\_\_\_. “No salto”: Trilhas e percalços de uma etnografia entre travestis que se prostituem. In: BONETTI, Alinne; FLEISCHER, Soraya. **Entre saias justas e jogos de cintura**. Florianópolis: Editora mulheres; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2007.

PIRES, Elson Luciano Silva. Mutações econômicas e dinâmicas territoriais locais: delineamento preliminar dos aspectos conceituais e morfológicos. In: SPOSITO, Eliseu Savério; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; SOBARZO, Oscar (orgs.). **Cidades médias: produção do espaço urbano e regional**. São Paulo: Expressão popular, 2006. p. 47-70.

PREFEITURA DE SANTA CRUZ DO SUL. História de Santa Cruz do Sul. Desenvolvido por DROP. Última atualização em 27 de março de 2017. Disponível em: <http://www.santacruz.rs.gov.br/municipio/historico-do-municipio>. Acesso em: 02 jan. 2019.

\_\_\_\_\_. **Município de Santa Cruz do Sul**, Plano Diretor – Mapa IV – Zoneamento de índices. Geoprocessamento, 2007. Disponível em:  
<[http://www.santacruz.rs.gov.br/geo/mapas/Mapa\\_IV.pdf](http://www.santacruz.rs.gov.br/geo/mapas/Mapa_IV.pdf)> Acesso em: 16 jan. 2019.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

ROSE, Gillian. **Feminism & Geography**. The limits of Geographical Knowledge. Cambridge: Polity Press, 1993.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2009.

SARUP, Madan. **An introductory guide to post-structuralism and postmodernism**. 2ª ed. Georgia, EUA: University of Georgia Press, 1993.

SILVA, Hélio R. S. **Travestis – entre o espelho e a rua**. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.

SILVA, Joseli Maria. A cidade dos corpos transgressores da heteronormatividade. **Geo UFRJ**. Rio de Janeiro, ano 10, nº 18, vol. 01, 1º sem./2008.

\_\_\_\_\_. ORNAT, Marcio José. Espaço urbano, poder e gênero: uma análise da vivência travesti. **Revista de psicologia da Unesp**, São Paulo, nº 09, vol. 01, 2010.

SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. **A produção da periferia urbana em Santa Cruz do Sul – RS: o lugar dos safristas na terra do fumo**. Dissertação (Universidade Federal de Santa Catarina – Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Departamento de Geociências – Curso de Mestrado em Geografia), Florianópolis, SC, 1997.

\_\_\_\_\_. Reestruturação urbana e segregação socioespacial na cidade média de Santa Cruz do Sul- Brasil. **The Overarching Issues of the European Space: Rethinking Socioeconomic and Environmental Problems...** Porto: FLUP, pp. 46-62, 2016.

SKOLAUDE, Mateus Silva. **Identidades rasuradas: o caso da comunidade afro-descendente de Santa Cruz do Sul (1970-2000)**. Dissertação (Universidade de Santa Cruz do Sul – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado), Santa Cruz do Sul, RS, 2008.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

\_\_\_\_\_. **ABC do desenvolvimento urbano**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

\_\_\_\_\_. O Território: Sobre Espaço e Poder, Autonomia e Desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs). **Geografia: Conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

SPOSITO, M. E. B. Desafios para o estudo das cidades médias In: **Anais do Seminário internacional de la red Iberoamericana de investigadores sobre globalización y territorio**, 11, 2010, Mendoza: UNCUYO – Universidad de Cuyo, 2010. p. 01-18.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Ciudades intermedias y urbanización mundial**. Lleida, Espanha: Unesco, 1999.

VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria – Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 75-103.

VASCONCELOS, O. S.; CAL, D. G.; MOZARKEL, M. O. Tinha travesti brincado de ‘pira’: construção simbólica de hierarquias e territorialidades na prática da prostituição. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 7, n. 1, p. 46 – 58, jan./jul. 2016.

VOGT, Olgário Paulo. **A produção de fumo em Santa Cruz do Sul (RS): 1849-1993**. Santa Cruz do sul: EDUNISC, 1997.

## APÊNDICE A – Resumo dos diários de campo<sup>38</sup>

### Primeira saída a campo – 08 de janeiro de 2018

Apesar de já ter circulado pelo território antes, essa foi a primeira saída a campo, em caráter oficial. Fui com meu amigo R\*<sup>39</sup>. Ao chegarmos ao local de prostituição travesti, por volta das 21h, ele ainda se encontrava deserto. Ficamos ali por não mais do que meia hora e, por nos sentirmos intimidados com o silêncio e com a falta de movimentação. Nos minutos em que ficamos ali, recebemos algumas propostas para ‘participar de uma festa’, ou mesmo pessoas pedindo se estávamos trabalhando. Nos dirigimos então para um posto de gasolina próximo, cuja conveniência se encontrava aberta. Ficamos ali conversando com a atendente do posto que nos contou sobre a ocasião em que uma transexual foi violentamente afastada do território de prostituição travesti. Foi também nesse momento que ouvi essa interlocutora afirmar que as travestis gritaram para a transexual que tentou invadir o seu território: “Aqui tu pode ficar”, firmando uma fronteira simbólica. Também nos contou que as travestis que trabalham na localidade são agenciadas por um cafetão e uma cafetina. Ele, segundo a atendente, é bastante violento. Soubemos que as travestis eventualmente frequentam a conveniência para comprar cigarros, bebidas ou camisinhas. Passei a considerar, então, esse espaço como uma espécie de território indireto, onde elas circulam, mas não costumam permanecer.

Depois dessa informativa conversa, eu e R\* resolvemos dar mais uma circulada pela esquina de trabalho das travestis. No caminho, não muito longe do posto de gasolina, encontramos uma profissional cujo nome não me foi confessado. Na ocasião, me apresentei como pesquisadora depois que ela pediu que eu lhe emprestasse um isqueiro. Afirmou, então, que estava “vestida demais pra ocasião”. Tirou sua roupa e permaneceu somente de calcinhas. Senti-me levemente intimidada, mas segurei a sua bolsa e roupas enquanto ela as retirava. Apesar do constrangimento, continue tentando perguntar um pouco sobre ela. Não consegui muitas informações e, ao perceber que poderia estar atrapalhando o trabalho dela, me afastei. Não voltei a encontrá-la.

Na esquina que marca o território propriamente dito, encontrei duas travestis que me receberam com mais abertura e disponibilidade. Buscando não ser inconveniente, perguntei-

---

<sup>38</sup> Esse apêndice é um resumo dos diários de campo realizados nas 13 saídas de campo que deram origem aos dados dessa dissertação. Estão organizados em ordem cronológica. Foram emitidas informações que podem, de uma maneira ou de outra, identificar as interlocutoras de pesquisa, visando não comprometer a sua segurança.

<sup>39</sup> Para preservar as observações, opiniões e relações criadas entre meus amigos, que me acompanharam nas saídas de campo, e as minhas interlocutoras de pesquisa, optei por também ocultar os seus nomes.

lhes se poderia observar sentada ali perto. “A rua é pública”, me respondeu Sara. Com seu consentimento, sentamos ali observando o movimento de carros. Pouco depois, chegaram mais duas travestis em um carro branco e se juntaram a elas. Como busquei uma aproximação pouco invasiva, somente as cumprimentei.

A observação nos mostrou uma circulação frequente de clientes. Diversos carros paravam, às vezes por alguns minutos, o que nos levou a pensar se o processo de negociação de preços estava sendo frustrado, ou se havia um interesse secundário para a presença dessas pessoas ali – como o tráfico de drogas. Apenas uma das travestis saiu dali com um transeunte, o que fez pensar que deve haver um espaço próximo em que elas possam atender a esse público. Quando nos despedimos, partimos em direção a uma revendedora de bebidas, para dali chamarmos o táxi que nos levaria de volta para casa. No percurso, encontramos Felícia, que já nos era conhecida de outras ocasiões. Ao saber de minha pesquisa, ela se mostrou animada a conversar, mas, naquele momento, precisava ir trabalhar; já era tarde (cerca de duas horas da manhã). Peguei o *Whatsapp* de Felícia para que pudéssemos marcar um novo encontro. Encaminhamo-nos para casa, onde relatei os acontecimentos da noite em uma gravação de áudio de 02h32. No dia seguinte, fiz contato com Felícia, que não retornou.

### **Segunda saída de campo – 12 de janeiro de 2018**

Nessa ocasião, fui a campo com A\* e, logo em nossa chegada – por volta das 23h –, encontramos Felícia, com quem conversamos por alguns minutos. Foi nessa ocasião que ela me relatou que sua situação era diferente das outras ‘meninas’, porque ela não era agenciada, fazia aquilo para ajudar a sua mãe. Nessa saída, reencontrei Sara e conheci Samantha; ambas me passaram seus contatos no *Whatsapp*. Perguntei sobre outros pontos de prostituição de travestis e elas me falaram das que ‘fazem faixa’ (trabalham na beira da rodovia). Elas, segundo elas mesmas, não precisavam fazer isso porque tinham clientes fixos ali no centro, levando-me a concluir que a território central possui, de certa forma, um status superior ao de outros pontos de prostituição. Como a noite estava bastante movimentada, não conseguimos conversar muito com as travestis sem que, com isso, intimidássemos a clientela que, por ser de uma cidade relativamente pequena, talvez tema ser facilmente reconhecida.

Sentamo-nos no mesmo local em que havia sentado com R\* da outra vez, pois se encontra próximo à esquina, mas não o suficiente para que pudéssemos reconhecer alguém ou ser confundidos com trabalhadores da noite. Não chegamos a calcular, mas a impressão que tivemos foi de que em média de 15 em 15 minutos uma das travestis conseguia um cliente.



Todas elas saíram naquela noite (alternadamente), diversas voltaram um tempo depois e, novamente, vimos mais de uma sair do mesmo carro branco que, imaginamos, seja da cafetina. A rotina de carros que pararam, mas não chegaram a pegar nenhuma das profissionais se repetiu, o que nos fez pensar na possibilidade de que elas também trabalhem com o repasse de substâncias ilícitas.

Nessa noite, pouco conseguimos dialogar, portanto, resolvemos nos retirar do espaço e sentamos em uma lancheria, onde conversamos sobre as percepções da noite e tecemos o rascunho de um diário de campo, pontuando as principais observações. Ao chegar em casa, gravei um arquivo de áudio com esses apontamentos e algumas perguntas que permaneciam no ar, cujas respostas provavelmente não seriam resolvidas somente com a observação. Esse arquivo durou 1h03.

### **Terceira saída de campo – 20 de janeiro de 2018**

Essa saída a campo foi, possivelmente, uma das mais interessantes para a presente pesquisa. Isso porque nessa ocasião conheci, além de Suelen – com quem posteriormente perdi o contato –, Linda, que se tornou uma das mais importantes interlocutoras de pesquisa. Eram 21h40 quando eu e A\* começamos a circular pela noite. Há pouco mais de uma quadra do território, encontramos uma prostituta não travesti, o que não é comum na área. Ela fez questão de nos passar tal informação no momento em que eu falei que estava pesquisando com as travestis. Também já tínhamos ouvido ela falar para um motorista que ela ‘mulher’. Considerei interessante conversar com ela justamente por esse não ser o tipo de prostituição mais comum na área e por imaginar que sua presença poderia não ser ‘autorizada’ no local.

Assim que ela me afirmou não ser travesti, eu perguntei se não tinha algum problema ela ficar ali. Ela me afirmou que ali não, mas que ela não ia ‘lá em baixo’, onde ficam as travestis. Afirmou ainda que não fazia isso sempre, que tinha um emprego fixo, mas às vezes queria ou precisava estar ali. Também me disse que algumas travestis são perigosas, mas a maioria não tinha problemas com ela. Essa informação se mostrou interessante porque falou, novamente, que existe uma delimitação espacial, um poder, um controle do território e, ao mesmo tempo, ele não exclui em absoluto outras presenças.

Deixamo-la depois de agradecer pela breve conversa e não voltamos a encontrar outra prostituta ‘mulher’ em campo. Nos dirigimos então para o território propriamente dito, onde encontramos Suelen. Como eu ainda não a conhecia – nem mesmo de vista – e ela estava sozinha, me aproximei para me apresentar. Ela prontamente me passou o seu número de

telefone, cujo prefixo eu reconheci como sendo do norte catarinense. Também me pediu delicadamente que eu me afastasse para que ela pudesse trabalhar, pois ela tinha acabado de chegar à cidade. Prontamente atendemos o seu pedido e fomos sentar em nosso lugar de costume, de onde observamos vários carros pararem, sem que Suelen entrasse em nenhum. Dois dias depois fiz contato com ela pelo *Whatsapp* e ela me informou que já estava de volta à Joinville. Pedi que ela me falasse um pouco sobre o que trouxe ela pra cá e quais as suas motivações para voltar. Ela não me respondeu.

Cerca de meia hora mais tarde chegaram outras três travestis. Em certo momento, uma delas ficou sozinha. Foi então que fui falar com Linda. Também ela me passou o seu contato e pareceu bastante receptiva à ideia de me dar uma entrevista. Para não “perdê-la de vista”, mandei uma mensagem para ela minutos depois. Ela me respondeu prontamente e, apesar de ter saído com clientes durante a noite, continuou conversando comigo por essa plataforma digital. Mesmo no dia seguinte, a conversa seguiu.

Naquela noite, feliz com a receptividade positiva de Linda, não fiz muito contato com as demais. Entretanto, passamos cerca de duas horas observando, agora sentados no paralelepípedo do outro lado da rua. Então percebemos que a nossa presença no muro em que nos habituamos a ficar poderia, também, estar atrapalhando o trabalho delas, porque esse fica em frente a um terreno baldio onde elas realizam uma parte dos negócios – especialmente com transeuntes. A partir de então, passei a observar melhor de que forma a minha presença ali poderia estar sendo um empecilho. No caminho de volta para casa, eu e A\* fizemos algumas anotações sobre a noite que depois se transformaram em um arquivo de áudio de 02h58.

O contato com Linda pelos meios sociais digitais continuou. Dias depois ela me adicionou no *Instagram* e, posteriormente, no *Whatsapp*. Foi por essas mídias que consegui algumas importantes informações e, também, um contato mais aproximado com uma das minhas interlocutoras de campo. Linda me falou de sua vida pessoal, do final de um relacionamento com alguém que não lhe deu valor, compartilhou comigo algumas de suas músicas prediletas e seu vício em Netflix. Também vi fotos de sua família, que reside no meio rural – nunca soube exatamente de que cidade, mas certamente aqui na região. Esse relacionamento se manteve até junho e, infelizmente, não conseguimos marcar nenhuma entrevista nesse período.

### **Quarta saída de campo – 07 de fevereiro de 2018**

Antes de sair a campo, fiz contato com Linda para saber se ela estaria trabalhando aquela noite. Ela me afirmou que não, pois era uma quarta feira. Questionei se ela não trabalhava nas quartas e ela me informou que existe uma espécie de rotatividade entre elas e, em alguns dias, elas só saem se tem um [cliente] ‘fixo’, que faz contato prévio pelo *Whatsapp*. Essa informação foi importante porque me mostrou que, pelo menos entre as agenciadas (as que possuem cafetão ou cafetina) existe uma organização do sistema de trabalho.

Mesmo com sua ausência, eu e A\* resolvemos sair na esperança de encontrar Felícia ou conhecer alguma outra travesti disposta a conversar. Essa noite, por volta das 23h, reencontramos Samantha que, segundo ela, estava pensando em voltar para São Paulo, onde havia trabalhado antes. A rotatividade, segundo ela, é grande e boa para os negócios. Isso explicou porque, nas saídas de campo, tão frequentemente conseguíamos um contato e não reencontrávamos mais a pessoa ali no dia seguinte. Esse foi um dos desafios do campo, porque tornou difícil criar uma familiaridade com as interlocutoras.

Pouco depois Samantha saiu com um cliente e não retornou mais nas duas horas em que permanecemos ali. A noite estava bastante tranquila e, como nos explicou Julia (com quem conversamos só por alguns minutos e não nos passou seu contato), o movimento nas quartas é “mais cedo”. Desistimos por aquela noite e, depois de revisar os principais acontecimentos, voltamos para casa.

### **Quinta saída de campo – 11 de fevereiro de 2018**

Essa foi a única ocasião em que me dirigi sozinha para o campo, com o medo redobrado de caminhar pelas silenciosas noites de domingo desse centro semiesquecido da cidade. Algumas pessoas caminhavam ou corriam, ainda, nas ruas, o que me deu uma certa tranquilidade. Por volta das 21h, quando cheguei ao território de prostituição, reconheci Linda logo que cheguei. Conversei brevemente com ela, que logo saiu com um cliente, me explicando que aos domingos é grande a circulação. Sua presença, mesmo breve, me deu uma pequena sensação de segurança. Sentei-me em meu lugar já estabelecido, onde pude observar o que me havia atestado Linda: uma grande movimentação de clientes.

Sete profissionais diferentes vieram trabalhar esse dia – o maior número que eu constatei em meu tempo de pesquisa. Entretanto, foi-me bastante difícil conversar com elas, porque, para não atrapalhar o trabalho delas, preferi ficar apenas observando. Quando Felícia chegou, veio

falar comigo, contando-me que naquele dia era aniversário de sua mãe, por isso chegou mais tarde ao trabalho. Por isso, ainda que quisesse conversar comigo, precisava encontrar um cliente, com quem já tinha marcado o encontro pelo *Whatsapp*. Notei então que havia um real interesse, por parte de algumas das travestis, em serem ouvidas, em contarem as suas histórias. Além disso, observei que quatro das profissionais chegaram juntas, no mesmo carro, que as deixou ali e saiu. Isso me levou a acreditar que essas profissionais estavam relacionadas a algum cafetão ou cafetina e, provavelmente, residiam juntas sob a ‘tutela’ dessa pessoa, que as trouxe até o local de trabalho.

### **Sexta saída de campo – 14 de março de 2018**

Quando me dirigi com A\* para o espaço de trabalho das travestis nessa ocasião, fomos bastante cedo (por volta das 19h) e ainda não havia escurecido. Sentamo-nos em ‘nossa’ mureta e observamos a circulação daqueles que saíam do trabalho ou praticavam exercícios físicos em uma fria noite de primavera. Ao escurecer, começaram a aparecer, uma a uma, as profissionais do local, no início ainda bastante discretas – posto que havia um contingente grande de pessoas que não pertencem à ‘vida noturna’.

Cumprimentei as que chegavam e me apresentei, reconhecendo Samantha, com quem fui falar. Por *Whatsapp*, Samantha havia me recomendado que conversasse com Leandra alguns dias antes. Eu havia adicionado Leandra no *Facebook*, mas ainda não havia feito contato. Assim que Linda chegou, fui falar com ela. Ela vestia um microvestido colado ao corpo e, sobre ele, um glamouroso casaco. Quando elogiei a peça, ela me informou da importância que teria Leandra para a minha investigação, posto que era ela que fornecia parte das roupas, maquiagens, acessórios que elas usavam. Perguntei se Leandra era travesti, e ela me informou: “A Leandra é cabeleireira”. Estabeleceu, assim, que mesmo que essa fosse travesti – e, de fato, o é – havia uma diferenciação de status ali. Era diferente ser cabeleireira e ser prostituta.

Como havia essa liberdade estabelecida, perguntei se era ela que deixava as meninas ali de carro – ou seja, se era ela a cafetina –, ao que ela me respondeu negativamente. Era apenas “uma amiga, que ajuda a gente a conseguir algumas coisas”. Quando comentei isso com A\*, que me acompanhava, ele me informou o nome da ‘agenciadora’ das meninas – informação que não sei como ele obteve e que não tive a oportunidade de confirmar.

De qualquer maneira, essa informação sobre Leandra e o contato posterior com ela – que se deu exclusivamente por meio de mídias sociais digitais – ajudou a compreender as formas com que as travestis que se prostituem superam – até certo ponto – as limitações

espaciais com que convivem. Também trouxe essa importante diferenciação que mostra o duplo preconceito que as minhas interlocutoras de pesquisa sofrem – tanto como travestis quanto como prostitutas.

### **Sétima saída de campo – 07 de maio de 2018**

Saindo a campo acompanhada, dessa vez, de R\*, ainda antes de chegarmos ao território de prostituição (por volta das 22h) encontramos Felícia, com quem, como já afirmei, havia uma relação prévia, pois foi fora desse espaço que a conheci. Por isso mesmo, busquei saber mais sobre os espaços de circulação delas na cidade. Felícia, que bebia uma cerveja, estava se encaminhando para o território, mas nos dedicou alguns minutos importantes.

Segundo ela: “Eu circulo mais, não tô nem aí se me olham estranho”. Questionei se não tinha medo, ao que ela me respondeu: “Medo a gente sempre tem, em qualquer lugar, então eu ando por aí mesmo. Ando sozinha, mesmo. Levo o canivete na bolsa e quero ver alguém se meter comigo”. Essa fala mostra como a violência e o preconceito se tornam rotineiros para elas e, mesmo dentro dessa realidade, elas encontram possibilidades de sobrevivência.

Felícia também informou que ela faz “uns corres” para as outras meninas – ou seja, por ter uma circulação maior, ela sai para comprar cigarros, cervejas ou camisinhas para as outras que, como deu a entender, tem uma rotina de trabalho que, por serem ‘agenciadas’, não permite que elas deixem os seus postos. Portanto, além da interdição da violência, do preconceito, do medo, muitas delas têm o seu território restrito por suas obrigações ‘trabalhistas’ para com o cafetão ou a cafetina.

Deixamos Felícia ir para o trabalho e resolvemos circular um pouco mais, observando não apenas o território, mas os seus arredores. Foi assim que descobrimos que uma quadra abaixo havia, também, um pequeno ponto de prostituição travesti – que, em ocasiões posteriores, não mais encontramos lá. Quando ali chegamos reconheci Bruna, que eu havia conhecido cerca de dois anos antes. Ela não me reconheceu, mas permitiu-me fazer algumas perguntas. Comentei com ela que de todas as meninas que por ali trabalhavam, ela era a menos ‘montada’, ou seja, a que menos tinha feito interferências no corpo. Além dos longos cabelos encaracolados e do corpo magro, destacava-se pela feminilidade, mas, em comparação, mesmo essa era diferenciada.

Bruna então me falou sobre si, sobre as transformações no corpo, sobre as formas com que essas se dão para as outras travestis e como aconteceram com ela. Suas informações foram essenciais para pensar o corpo e o gênero como um processo de eterna construção que admite

múltiplas formas, múltiplas intervenções, múltiplos resultados – sempre parciais. Mostrou ainda que existe uma diferença de status entre as travestis que se prostituem, já que as mais ‘trabalhadas’ trabalham na esquina que eu vinha observando, enquanto as ‘demais’ permanecem ali, na esquina de baixo, ou na ‘faixa’ (na beira da rodovia).

### **Oitava saída de campo – 28 de maio de 2018**

Mais uma vez, me aproximei com A\* do território e, ao chegar, fui recebida por Felícia. Em termos gerais, pareceu-me que minha presença começava a causar menos estranhamento no ambiente. Ciente que Felícia não residia com as demais – no que fiquei sabendo que era conhecido como “a casa das travestis”, mas cuja localidade não me foi informada – questioneei sobre isso. Ela me informou que residia com a mãe, que tinha a saúde debilitada. Apesar de não aceitar a performatividade de gênero, essa precisava da renda da filha para sua sobrevivência e, portanto, ‘suportava’ a sua presença.

Como Felícia já me havia informado, sua circulação pela cidade é diferente da das demais, entretanto, nessa ocasião me falou que durante o dia preferia não sair de casa. Porém, com a mãe doente, cabia a ela resolver questões cotidianas – ir ao supermercado, ao banco, levar a mãe ao médico. Ainda que tenha afirmado antes que não se deixava abalar pelos olhares alheios, nessa ocasião admitiu que se sentia um ‘extraterrestre’ nessas ocasiões.

Ela voltou ao trabalho e, pouco depois, reconheci Linda do outro lado da rua. Aproximei-me dela e, como havia uma circulação relativamente grande de clientes, troquei apenas algumas palavras. Buscando ser mais direta e acreditando que havia chegado nesse momento de confiança mútua, marquei para o dia seguinte, antes do horário de expediente, uma entrevista com Luana, com o que ela concordou. Quando busquei Felícia para fazer o mesmo, ela já havia se retirado com um cliente. Feliz com o resultado dessa aproximação mais direta, eu e A\* nos retiramos e, depois de rever brevemente os resultados, retornamos às nossas casas.

### **A não saída de campo – ou quando algo aconteceu**

No dia seguinte, conforme havia concordado com Linda, fiz contato para marcarmos o lugar de encontro, que deveria acontecer por volta das 18h. Pouco antes do horário, quando eu já me encontrava no centro, Linda me enviou uma mensagem dizendo que não teria como me encontrar naquele dia. Remarcamos, então, para o dia 01 de junho de 2018.

No dia seguinte também me dirigi ao centro e esperei o contato de Linda, que me informaria um local em que se sentisse segura para que pudéssemos conversar. Por volta das 18h lhe enviei uma mensagem. Mais de duas horas depois ela me retornou, dizendo que estava ‘fazendo faixa’ e acabou ‘se enrolando’ no trabalho. Foi então que eu percebi que existe uma certa ‘fluidez’ entre os territórios de prostituição da cidade, ou seja, que uma mesma travesti poderia atuar em mais do que um. Ela também me informou que não gostava, mas às vezes tinha que ‘fazer faixa’ quando precisava de dinheiro. Apesar de não ter conseguido conhecer esse território, na beira da rodovia, por questões econômicas que restringiram meu transporte, percebi também, por sua fala, que esse espaço trabalha com uma temporalidade diferenciada, afinal, ainda não havia escurecido quando Linda foi lá trabalhar.

Informei a essa importante interlocutora de pesquisa que no dia seguinte eu estaria viajando e iria permanecer cerca de 20 dias longe da cidade, mas que assim que eu voltasse, marcaríamos sem falta essa entrevista. Entretanto, duas semanas depois, enquanto eu me encontrava em Saragoça, na Espanha, Linda me informou que infelizmente não poderia mais me dar a entrevista. A comunicação foi inesperada, mas lhe afirmei que compreendia e pedi que, se não fosse um problema para ela, me informasse o motivo da desistência. Ela não mais me respondeu, o que me levou a acreditar que sim, de alguma forma, ainda que eu não pudesse fazer nada além de especular, falar comigo poderia se tornar um problema para ela. Respeitando sua decisão e buscando não colocar em risco a sua integridade, não busquei mais fazer contato.

### **Nona saída de campo – 08 de julho de 2018**

Ao retornar de 20 dias de viagem e depois de repensar algumas questões sobre o campo, além de analisar os resultados encontrados até ali, saí novamente a campo, acompanhada de A\*, decidida a ser um pouco mais incisiva na busca por entrevistas, por falas concretas. Isso porque gostaria que o meu trabalho não fosse tão fortemente focado na minha observação, afinal, a proposta era trazer a voz das travestis sobre a sua própria realidade no cotidiano da cidade. Entretanto, ao retornar, nessa ocasião, não encontrei Linda ou Felícia e não reconheci nenhuma das travestis que ali se encontravam. Isso, sem dúvida, fala da rotatividade delas entre os espaços. Senti-me tendo que começar o campo do zero, agora com um espaço de tempo menor.

Ao chegar no território e me apresentar a essas travestis (havia três ali na ocasião), senti que algo havia mudado. Além do estranhamento inicial, pelo qual eu já havia passado antes, percebo uma certa frieza – ou seja, não vejo mais aquela simpatia que percebi no início

do campo. Converso com as três, mas nenhuma delas me passa seu contato ou troca mais do que poucas palavras comigo. Não insisto, mas sento-me em nosso lugar e permaneço ali com A\* por cerca de uma hora, observando o movimento e conversando sobre as possíveis consequências dessa não hostilidade, mas diferente receptividade à minha pesquisa e à minha presença no campo.

Entretanto, uma das travestis que ali trabalhavam me questionou quem eu conhecia ‘na área’. Falo de Felícia e de Linda, com quem tive mais proximidade. Ela me informa que Felícia estaria trabalhando em Pelotas por um tempo, o que eu não questiono, posto que já havia constatado essa circulação entre elas. Quando pergunto sobre Linda, ela me informa que ela “está por aí”, sem me dar maiores detalhes.

#### **Décima saída de campo – 28 de julho de 2018**

Ao chegar a esse dia muito frio de campo, constato que não há nenhuma travesti ali. Depois de cerca de meia hora sentada com A\*, quando pensávamos em nos retirar do local, percebemos a presença de uma. Entretanto, ela rapidamente entra em um carro. O mesmo acontece mais duas vezes. Elas chegam, permanecem alguns segundos e se retiram, não dando tempo nem mesmo de nos aproximarmos. Depois de cerca de duas horas nos retiramos, sem conseguir resultados maiores.

#### **Décima primeira saída de campo – 10 de agosto de 2018**

Nessa também noite gelada, ao chegar a campo sinto o alívio de ver Linda do outro lado da rua. Faziam então mais de dois meses que eu não a via e não tinha maiores informações de onde ela poderia estar. Cumprimentei-a e ela me devolveu com um sorriso, então atravessei a rua e troquei com ela algumas palavras. Depois de me informar que estava tudo bem, ela me disse que havia pouco movimento porque nesses dias de rígido inverno elas só saíam quando já tinham um encontro marcado previamente por *Whatsapp*. Entendi então a movimentação do dia anterior. Então ela pediu que eu me retirasse, porque também ela estava esperando alguém que deveria estar chegando em poucos minutos. Não insisti, também não questionei sua desistência sobre a entrevista. Pouco depois, saiu em um carro. Observamos mais um tempo o movimento raro de carros e nos retiramos.



### **Décima segunda saída de campo – 12 de setembro de 2018**

Nessa saída de campo, apesar de ter encontrado Linda novamente, percebo que sim, o ‘clima’ do ambiente mudou para comigo, como pesquisadora. Ao me ver, as travestis desviam o olhar, mesmo as que não reconheço. Sento-me ali por perto e questiono fortemente o que pode ter acontecido, como eu posso ter, de alguma forma, estragado a relação de confiança que havia se estabelecido. Várias são as possibilidades que me ocorrem, entre elas o fato de que eu havia feito contato com alguns outros atores – como a polícia e o Cemas. Entretanto, nada é conclusivo.

Observo o território por um tempo, pensando de que forma poderia trabalhar as informações que tinha até então, convencida de que não mais conseguiria restabelecer essas relações no pouco tempo que restava de pesquisa. Retiro-me do espaço me despedindo, de longe, de Linda. Saio com tristeza e pesar, mas sabendo que são muitas as relações de poder que se estabelecem nesse território, muitas das quais eu não chegaria nem perto de compreender.

### **Décima terceira saída de campo – 27 de fevereiro de 2019**

Cinco meses depois de eu ter declarado o ‘término’ infeliz do meu campo, volto ao território com a intenção de fotografar o espaço. Acompanha-me, nessa ocasião, M\*. Por coincidência, encontramos outro amigo no caminho, que se junta a nós. Buscando ser discretos ao fotografar, vamos cedo (por volta das 19h) e não fotografamos diretamente as travestis, mas sim o espaço por elas frequentado. Quando estamos nos retirando do ambiente – e quando elas começam a chegar ao local – encontramos Felícia, que é conhecida de nosso amigo, me reconhece e se junta a nós para tomar uma cerveja em uma revendedora de bebidas ali perto.

Essa saída de campo, que não teve outra intenção senão a de fotografar o ambiente, mostra-se muito produtiva pela presença de Felícia, que fala tanto de suas relações familiares, quanto amorosas e territoriais – como narrei nas Considerações Finais desse trabalho. Assim, apesar de certas dificuldades encontradas no campo, retomo uma das principais relações que ali estabeleci e tenho a possibilidade de trabalhar as informações com um pouco mais de ciência. Entretanto, segue a forte sensação de que existe todo um universo a ser descoberto, muitas vozes a serem ouvidas e toda uma noção de cidade, de espaço e território a ser melhor desvendada.